

# HISTÓRIA

## 2º ANO

ANOTAÇÕES:

ANOTAÇÕES:

### O desencadeamento da Reforma na Alemanha

A situação da Alemanha estimulou o movimento reformista. Nela, a Igreja, além de possuir boa parte das terras, possuía um alto clero aristocrático, sem vocação, corrupto e com má formação intelectual, embora o povo fosse profundamente religioso.

A venda das indulgências foi o fator que precipitou a Reforma. Eram títulos comprados para abonar os pecados cometidos ou a ser cometidos. Um “passaporte para o Paraíso”, que beneficiava os ricos. Para concluir as obras da basílica de São Pedro, a Igreja escolheu a obediente Alemanha para a venda de indulgências. A casa bancária dos Fuggers foi a encarregada da venda, adiantando o dinheiro à Igreja. Contra essa comercialização da fé, colocou-se o monge agostiniano Lutero, que afixou suas 95 teses na porta da catedral de Wittenberg, em 1517. Pretendia purificar a religião, e não criar uma divisão dentro da Igreja. Porém, uma das teses afirmava que só a fé assegurava a salvação, negando portanto o livre arbítrio, um dos princípios oficiais da Igreja.

Em 1520, o papa Leão X, por meio de uma bula, exigiu sua retratação. Lutero respondeu com a queima da bula papal. Foi excomungado. No ano seguinte, o imperador Carlos V convocou uma assembléia, a Dieta de Worms, para encontrar uma solução. Condenado, Lutero obteve o apoio do duque da Saxônia, que o abrigou em seu castelo.

A ação de Lutero teve o apoio entusiasmado da pequena nobreza, que pretendia se apossar das terras clericais e dos camponeses, que se aproveitaram da anarquia gerada pela nobreza, atacando as propriedades feudais. A revolta mais importante foi a dos anabatistas (contrários à forma batismo realizada pela Igreja); liderados por Tomaz Münzer, criticavam o acúmulo de riquezas e o comportamento do clero. A revolução social estourou na Alemanha. Diante da terrível situação, Lutero se aliou à nobreza que reprimiu com violência a revolta camponesa.



A Reforma permitiu aos príncipes alemães se apoderarem dos bens patrimoniais da Igreja. Outros estenderam essa posse ao domínio espiritual.

Assim, até a consciência religiosa dos súditos ficava submetida aos príncipes. Afinal, o movimento de Lutero se encaixava nos interesses dos governantes, ou seja, a submissão da Igreja ao poder político. A centralização do poder só se completaria com os governantes controlando, também, a hierarquia eclesiástica.

A Igreja luterana adquiriu características nacionais. O próprio Lutero traduziu a Bíblia para o alemão, e o latim foi substituído pelo alemão na celebração do culto, estimulando o interesse do povo.



O luteranismo manteve a idéia da presença espiritual de Cristo na eucaristia (consubstanciação), mas rejeitou a transubstanciação (transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo). Outras mudanças estabelecidas pela Reforma luterana foram:

- a) Salvação da alma apenas pela fé; livre leitura e interpretação da Bíblia. Lutero, que traduziu a Bíblia para o idioma alemão.
- b) Conservação apenas do batismo e da eucaristia.
- c) Abolição do celibato clerical.
- d) Rejeição da hierarquia eclesiástica católica e da autoridade papal.
- e) Rejeição do culto dos santos e da adoração das imagens.

O Imperador ainda tentou controlar a crise, convocando uma assembléia (Dieta de Spira), em 1529. O Imperador respeitaria o luteranismo onde ele já havia sido implantado. As demais regiões do império continuariam católicas. A resposta de muitos príncipes valeu a eles o nome de protestantes.

Os príncipes protestantes formaram a Liga de Smalkalde para combater Carlos V. A guerra durou quase vinte anos. No final, as partes concordaram em assinar a Paz de Augsburgo, em 1555. Carlos V abdicou ao trono imperial e seu sucessor, Fernando I, convocou a Dieta de

Augsburgo, em 1559, em que determinou que cada príncipe decidiria a religião que queria adotar. Mas a religião do príncipe deveria ser obrigatoriamente seguida pela população. Portanto, não havia tolerância religiosa. Os soberanos impunham ao povo a sua religião.

## A Reforma na Suíça: o calvinismo

Na Suíça, a Reforma foi bem mais radical. Ulrich Zwinglio foi o introdutor das idéias da Reforma na região. Apoiado no humanismo de Erasmo de Roterdã, combateu todos os sacramentos e a própria hierarquia clerical. Suas idéias se propagaram por vários cantões (províncias) suíços, mas os católicos reagiram eclodindo a guerra civil, na qual morreu Zwinglio, em 1531.



CALVINO

A obra reformista teve prosseguimento com o teólogo francês Jean Calvino que criticava duramente a ação da Igreja na França. Perseguido, refugiou-se em Genebra, na Suíça, onde conquistou rapidamente o poder e pôs em prática suas idéias. Estabeleceu uma verdadeira ditadura teocrática, com os princípios religiosos confundindo-se com a administração pública. Era até mesmo favorável à pena de morte para quem não fosse adepto de sua religião. Uma das mais famosas vítimas foi o médico espanhol Miguel de Servet que, tendo escapado da Inquisição católica, foi julgado, condenado e queimado vivo em Genebra.

O calvinismo pregava a predestinação e reforçava a rigidez doutrinária e moral. Do catolicismo conservou apenas o batismo e a eucaristia. A salvação se dava pela fé, que é outorgada por Deus às pessoas. O culto foi extremamente simplificado. Suas idéias se difundiram pela França, Inglaterra, Escócia e Holanda.

Os calvinistas franceses, denominados huguenotes, estabeleceram-se temporariamente no Rio de Janeiro e no Maranhão nos primeiros séculos da colonização.

Os valores éticos do calvinismo foram adotados pela burguesia capitalista. Estimulava a acumulação de capitais e a prática da usura. Segundo o calvinismo, o ser humano deve lutar pelo seu progresso. Assim, o calvinismo valorizava o trabalho, como forma de justificar a obra criadora de Deus. Portanto, das religiões reformadas, o calvinismo era a que mais de ajustava aos interesses da burguesia.

## A Reforma católica ou Contra-Reforma

Os avanços do protestantismo ameaçavam seriamente a supremacia da Igreja Católica. Com exceção de Portugal e Espanha, todo o resto da Europa ocidental conhecia movimentos reformistas, o que forçou a Reforma Católica, também conhecida como Contra-Reforma. A Igreja não só se armou contra o protestantismo, como também reformou-se internamente.

O Concílio de Trento iniciou a Reforma Católica. De 1544 a 1563, com intervalos, os conciliares discutiram as medidas a serem adotadas. Decidiram manter o monopólio do clero na interpretação dos dogmas, reforçar a autoridade papal e a disciplina eclesiástica. Outras medidas foram:

- a) Formação obrigatória e ordenação dos padres em seminários.
- b) Confirmação do celibato clerical.
- c) Proibição da venda de indulgências e relíquias.
- d) Manutenção do direito canônico.
- e) Edição oficial da Bíblia e do catecismo. O espanhol Inácio de Loyola fundou a Companhia de Jesus, em 1534, ordem religiosa com características militares, exigindo dos seus membros completa obediência. Dirigida contra o espírito de independência do humanismo, combateu a razão com suas próprias armas e organizou sua ação a partir do ensino.

Os jesuítas foram bem-sucedidos em regiões da Alemanha, Polônia e Suíça. Colaboraram na restauração da disciplina clerical, devolvendo-lhe a pureza. Lutaram pela supremacia da autoridade papal. Participaram ativamente das colonizações portuguesa e espanhola. Desembarcaram na Ásia e na África para difundir o catolicismo. No Brasil, os jesuítas destacaram-se por sua ação catequética.



Imagem da época do Concílio de Trento.

O Concílio de Trento decidiu pelo fortalecimento dos tribunais de inquisição para combater o protestantismo. Os dogmas católicos foram defendidos pela política do terror e da delação dos suspeitos de heresia. Em 1564, o papa Paulo IV, antigo grande inquisidor, investiu até contra as obras científicas que contrariassem os princípios e dogmas católicos. Foi criada a Congregação do índice, um órgão com a função de elaborar a “relação dos livros proibidos”, ou seja os livros que os católicos não poderiam ler. A Contra-reforma tomava, assim, aspectos de uma verdadeira contra-renascença. Muitos livros e suspeitos de heresia foram condenados à fogueira.

## O IMAGINÁRIO CRISTÃO NO NOVO MUNDO: TROCAS SIMBÓLICAS E CULTURAIS

Segundo Gramsci a palavra religião, no seu sentido mais amplo demonstra uma relação de dependência que liga o homem a um ou mais poderes superiores, dos quais ele sente que depende e aos quais tributa atos de culto tanto individuais como coletivos.

Durante a Idade Média a Igreja Católica controlava toda sociedade ocidental européia (apesar das heresias), através do verdadeiro monopólio que exerceu sobre as estruturas ideológicas como, por exemplo, a escola, e as instruções em geral, a administração de justiça da

beneficência, da assistência. Também controla a elaboração da filosofia e da ciência da época, transformando a sociedade civil em sociedade religiosa.

O catolicismo neste momento tornou-se monopolista e é considerado universal: qualquer ação ou atitude que não esteja de acordo com a concepção de vida e de mundo dos católicos é considerada heresia e merecedora de punição, além de carecer da imediata ação dos catequisadores no sentido de libertar o agente do pecado.

No Brasil, a forma de vida indígena foi considerada pecaminosa pelos portugueses que efetivavam as grandes navegações.

Na realidade a forma de viver a religião e interpretar o mundo se distanciavam. Para os índios a natureza e tudo que ela apresentava e o índio não conseguia explicar, era por ele endeusado: o Sol, a Lua, a chuva, o trovão.... Para o europeu, Deus é uma força invisível, onipresente que se faz visível através da natureza e através da fé.

## O GRANDE APELO DO DESCONHECIDO

As origens dos mitos que cercavam o homem moderno, ligado ao movimento ultramarino dos séculos XV e XVI, se encontravam na mentalidade medieval, que fundia a maravilha e a busca do paraíso com motivos religiosos e a procura de riquezas. Os relatos dos viajantes medievais que percorreram a Ásia e a região do Índico favoreceram a criação de fantasias referentes à descoberta de novas terras, nas quais haveria a possibilidade de serem encontrados riquezas e “monstros”. Esta tradição mitológica medieval foi fertilizada na modernidade pelos complexos modos de ver e de sentir a aventura do além-mar.

No imaginário europeu em relação ao descobrimento da América, existia uma dualidade que perpassava pelo confronto entre o bem, simbolizado por Deus e pela busca do paraíso, e o mal, que retratava o diabo e o inferno. A idéia da conquista vinha acompanhada pelo desejo de levar para as possíveis criaturas demonizadas do Novo Mundo a palavra de Deus por meio da catequese. A idéia da existência de uma “humanidade inviável” nas terras ultramarinas, sustentada pelas considerações imprecisas de alguns viajantes, ratificava a lógica da identificação desses povos com o Demônio. É sintomático o espanto de um padre europeu em contato com os índios no Brasil.

Quais os pecados? Vícios da carne – o incesto com lugar de destaque, além da poligamia e dos concubinatos – nudez, preguiça, cobiça, paganismo, canibalismo. Havia muitas mulheres para um só homem e alguns têm por mulheres a própria filha, (...) a mais preguiçosa gente que se pode achar, porque desde a manhã até a noite, e toda a vida não tem ocupação alguma. Humanidade esquisita, anti-humana meio monstruosa, diferente, pecadora. Seriam homens mesmo? Poderiam ser convertidos, receber a palavra divina?

MELLO E SOUZA, Laura de. O diabo e a Terra Santa Cruz. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

Em torno deste tema articulou-se uma sucessão de representações fantásticas que se transformaram em perfeitas epopéias. O pensamento cristão havia se adaptado à política expansionista e a propagação da fé vinculava-se à empresa marítima. O próprio “descobrimento” do Brasil recebeu uma explicação teológica. Consideravam os religiosos portugueses que,

entre as diversas nações do planeta. Portugal teria sido escolhido por Deus para concretizar tal realização. Afirmava o jesuíta Padre Vieira que: “Os outros homens, por instituição divina, têm só obrigação de ser católicos e de ser apostólicos. Os outros cristãos têm obrigação de crer a fé: português tem a obrigação de a crer e mais a propagar”. Para propagá-la, lançaram-se ao mar.

## AS TROCAS SIMBÓLICAS E CULTURAIS E O OLHAR DOS VENCIDOS



As conquistas ultramarinas produziram grandes transformações tanto na Europa como nas Américas. No final do século XVII, tais modificações eram sensíveis. A base geográfica da Europa Ocidental foi ampliada. O comércio tornou-se mundial, deslocando o eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico. Os italianos perderam definitivamente o monopólio comercial, e o declínio das repúblicas italianas acentuou-se. Portugal, Espanha, Inglaterra e França assaram a ocupar papéis de destaque na economia da modernidade. O grande fluxo de metais provenientes das colônias americanas que chegavam à Europa causava uma verdadeira revolução nos preços dos produtos.

Os europeus introduziram na América uma série de animais e plantas até então desconhecidos pelos nativos: galinhas, cavalos, cabras, pombos, patos, ovelhas, centeio, arroz, laranja, limoeiro, vinha. Técnicas européias baseadas em movimentos circulares, muito utilizadas na moagem do açúcar brasileiro, também foram importadas da Europa. As instituições políticas e a religião católica igualmente acompanharam os conquistadores pelo Novo Mundo.

Os índios, entre outros produtos cultivados ou por eles conhecidos têm-se, o abacaxi, bananas, caju, aipim, batata doce, feijão, milho, cará, abóbora, ervilha e especialmente a mandioca.

Até certo ponto, a introdução desses elementos familiares vinha “europeizar” uma paisagem perturbadora, tão diferente da que os descobridores e colonizadores conheciam. Nativos que devoraram os prisioneiros de guerra, animais exóticos, a própria exuberância da flora tropical geravam espanto e temor. O que havia sido encontrado afinal, o jardim do paraíso ou as portas do inferno? Todavia, o choque e o medo foram ainda maiores entre os nativos do Novo Mundo. Aos olhos dos indígenas, os conquistadores assemelhavam-se a figuras monstruosas montadas em outros monstros, os cavalos, também desconhecidos, que usando sua superioridade bélica, destruíram e escravizaram da maneira bárbara e selvagem as sociedades locais.

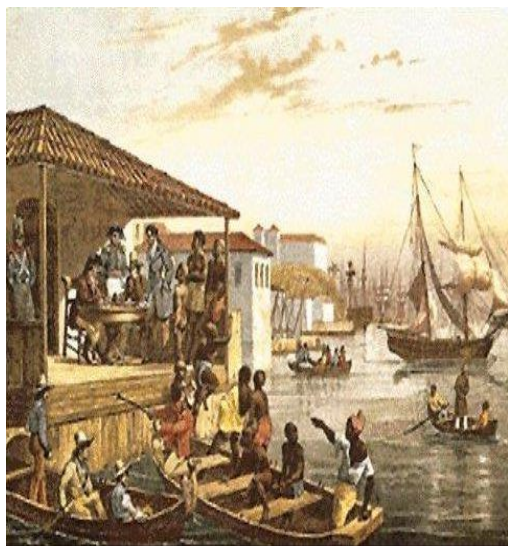
### O ENGENHO AÇUCAREIRO

A integração do Brasil ao sistema econômico mundial foi estabelecida, ainda no século XVI, com a instauração da produção de açúcar, então uma das mais apreciadas especiarias no mercado europeu. O açúcar produzido como mercadoria era exportado para a metrópole em caráter exclusivo, segundo o estatuto colonial e distribuído naquele mercado. O Brasil possuía condições de solo e clima favoráveis à cultura da cana-de-açúcar. Os portugueses contavam já com experiências exitosas da produção do açúcar em larga escala nas ilhas do Atlântico.

Em combinação com isso, tinham desenvolvido uma indústria de produção de equipamentos para os engenhos açucareiros. A experiência anterior também tinha sido importante do ponto de vista comercial. Tudo indica que o açúcar português penetrou, de início, nos canais controlados pelos comerciantes italianos, mas depois, ele passou a ser remetido em proporções consideráveis para Flandres. Desde meados do século XVI, a produção do açúcar português foi convertendo-se crescentemente numa empresa realizada em conjunção com os flamengos, primeiramente ligada aos interesses de Antuérpia, e, mais tarde, da Amsterdã.

A combinação de todos esses fatores foi extremamente propícia para a implantação da produção açucareira no Brasil. O problema crítico para a expansão da produção do açúcar em larga escala foi a escassez da força de trabalho necessária. O recurso à escravidão apresentou-se, desde logo, como o único meio de proporcionar uma produção de açúcar a baixo custo, nas condições históricas da colônia, e capaz, portanto, de gerar lucros para a metrópole.

Na colônia portuguesa, a tentativa de submeter os indígenas à escravidão revelou-se uma solução precária na escala da grande produção açucareira, em virtude principalmente da obstinada resistência oferecida pelos silvícolas. Nas primeiras fases da colonização, o trabalho dos índios chegou a ter um papel significativo: mas, de fato, essa mão-de-obra, que sempre foi considerada como de segunda classe, somente chegou a ter certa importância relativa para os pequenos núcleos populacionais dispersos pelo país, como foi o caso da capitania de São Vicente. No tocante à mão-de-obra para a empresa açucareira, os portugueses acabaram apelando definitivamente para o emprego de escravos africanos. Admite-se que, já no século XVII, os africanos representavam o maior contingente da população escravizada. Posto que, via de regra, o escravo não se reproduz no cativeiro em virtude da superexploração a que é submetido, a continuidade da força de trabalho na empresa açucareira ficava dependendo de um tráfico negreiro regular a partir dos mercados fornecedores africanos.



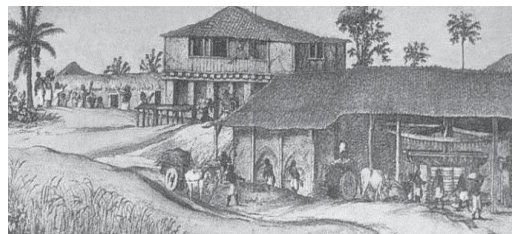
Desembarque de escravos. (Rugendas)

Em virtude do baixo nível das forças produtivas na empresa açucareira, a produção somente poderia apresentar-se reatável se conduzida em larga escala. O conjunto das atividades nas grandes unidades de produção – o desflorestamento e a preparação do solo, a plantação e o corte da cana e, principalmente a fabricação do açúcar – implicam o esforço coordenado de um número considerável de trabalhadores. Também os investimentos na compra de equipamentos importados eram outro fator a exigir uma produção de açúcar em escala para ser rentável. Em suma, a produção do açúcar requeria grandes unidades – os engenhos de produção.

Depois de superadas as dificuldades da etapa preliminar de sua instalação, a empresa açucareira progrediu aceleradamente. A expansão da produção de açúcar foi particularmente acentuada no último quartel do século XVI. O montante dos capitais investidos nos engenhos e o número de escravos nestes ocupados eram já então consideráveis. O capital investido na mão-de-obra escrava representava cerca de 20% do capital fixo da empresa; e uma parte substancial do capital fixo estava constituído por equipamentos importados. A renda gerada na colônia se concentrava fortemente nas mãos dos proprietários de engenho. Uma parte ínfima da renda correspondia a pagamento por serviços prestados fora dos engenhos, em transporte e armazenamento. Os engenhos também mantinham alguns trabalhadores assalariados, ocupados em ofícios diversos e como supervisores do trabalho escravo. E, por fim, o engenho arcava com gastos monetários na compra de animais de tração, de lenha, etc. Assim, a base econômica da formação social açucareira é o escravismo; a grande lavoura é uma unidade de produção que se caracteriza pela enorme extensão de terra e pelo uso da mão-de-obra escrava.

**Obs.:** O engenho era a unidade de produção onde se localizavam os canaviais, as plantações de subsistência, a fábrica do açúcar – com sua moenda, a casa das caldeiras e a casa de purgar -, a casa-grande, a senzala, a capela, a escola e as habitações dos trabalhadores livres – como o feitor, o mestre do açúcar, os lavradores contratados, etc.

Havia alguns engenhos que produziam exclusivamente cachaça, um dos produtos utilizados no escambo de negros africanos. Em outros engenhos produtores de açúcar as destilarias de cachaça funcionavam como atividades secundárias.



Engenho de açúcar, ilustração de um mapa de 1640

Na moenda a cana era prensada para a extração da garapa. Na casa das caldeiras fazia-se a apuração e a purificação do caldo. Na casa de purgar, o caldo era colocado em formas especiais de barro para esfriar, até o mestre “dá o ponto”. Depois desse processo, o açúcar era encaixotado e transportado para metrópole. Daí, seguiu para a Holanda, onde era refinado.

*E como afirma Gilberto Freire em sua obra Casa-Grande & Senzala, a casa-grande, que era a representação do poder do senhor de engenho, não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos: seu patriarcalismo rural e escravocrata, fundador de uma nova ordem econômica e social.*

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social e político de produção: a monocultura latifundiária de trabalho escravo.



Pesagem e encaixotamento de açúcar, Rio de Janeiro. (Jean-Victor Frond)

Embora os senhores tratassem de obter, através de um trabalho ideológico pertinaz, o consentimento do escravo à sua condição de bem móvel, a coerção física, praticada pelos meios mais violentos e cruéis, é que impunha, em última instância, o estatuto da escravidão. Os escravos eram confinados em senzalas, tinham de conviver misturados a grupos étnicos diferentes, sofriam castigos corporais que podiam chegar à pena de morte, e eram passíveis de venda sem consideração de quaisquer laços afetivos ou de família.

Todavia, os escravos não trabalham só na produção de mercadorias. O trabalho escravo também pode ser usado no interior da grande lavoura para a obtenção de produtos agrícolas de subsistência, destinados a alimentar a população da unidade produtiva; essa produção de subsistência é intensificada quando a demanda da produção para o mercado enfraquece e diminui ou chega mesmo a anular-se, quando aumenta a

demanda do produto principal do mercado. Os escravos também se ocupam com outras atividades produtivas voltadas para o consumo dentro da fazenda da grande lavoura; produção de algodão e lã para a fiação e tecelagem, curtume, confecção de artigos de couro, produção de lenha e carvão, carpintaria, marcenaria, etc.

Havia um ditado popular em Portugal que afirmava que o Brasil era “um inferno para os negros, um purgatório para os brancos e um paraíso para os mulatos”. No que se refere aos brancos e mulatos, podemos deixar a interpretação por conta da religiosidade dogmática do catolicismo europeu. Entretanto, não há dúvidas de que para os negros, a vida nos trópicos brasileiros se constituía num verdadeiro inferno; as formas de resistência opostas pelos escravos à opressão que a escravidão lhes impunha, ia desde o descaso pelo trabalho e a danificação dos meios de produção, até a morte de seus algozes e a fuga para as matas em busca de liberdade. É certo que, desde o século XVI, houve fugas e a formação de comunidades de escravos ou quilombos, mas as condições de escravidão eram tais que se tornava de todo impensável um plano de revolta geral da massa escrava.

## TEXTOS

### (I) Engenhosas

Muitas vezes, ligada ao engenho ao produtor de cana-de-açúcar, havia as destilarias de aguardentes, funcionando como atividade subsidiária. Alguns exemplos, denominados engenhocas ou molinetes, produziam exclusivamente cachaça. A aguardente era utilizada como elemento de troca no escambo de escravos, tendo uma importância econômica relativamente grande.

### (II) O Trabalho no Engenho

Aqui, nada de apatia; tudo é trabalho, atividade; nenhum movimento é inútil, não se perde uma só gota de suor. Os edifícios ficam em um grande pátio; o engenho e uma extensa construção ao rés do chão, tendo em frente a senzala dos negros, deserta durante as horas de trabalho. Vejo ao longe negros e negras curvados para a terra, e excitados a trabalhar por um feitor armado dum chicote que pune o menor repouso. Negros vigorosos cortam as canas que raparigas enfeixam. Os carros, atrelados de quatro bois, vão e vem dos canaviais ao engenho; outros carros chegam da mata carregados de lenha para as fornalhas. Tudo é movimento. O engenho está sobre um terraço; cavalos, estimulados pelos gritos de moleques, fazem-no girar. Raparigas negras empurram a cana para os cilindros da moenda. Alguns negros descarregam as canas e as colocam ao alcance das mulheres; outros as transportam em grandes cestos e espalham no terreiro o bagaço inútil da cana, que não é usado como combustível. O edifício da moenda contém igualmente a importante dependência das caldeiras, onde é cozido o caldo de que se forma o açúcar. O mestre-de-açúcar é um homem livre que tem às suas ordens negros que agitam o mel com grandes colheres. O fogo das fornalhas é alimentado dia e

noite e é mantido durante os cinco meses que dura a safra. Negros transportam as fôrmas para a casa de purgar que é dirigida por um mulato livre. Este tem sob suas ordens homens para a refinação e para escorrer o mel que vai se ajuntar num reservatório. Esta dependência comunica-se com aquela onde se despejam as fôrmas contendo o açúcar acabado. Ali os pães cristalizados e purgados são quebrados; separam-se as qualidades e espalha-se o açúcar, para secar.

## O ESTADO ABSOLUTISTA DO OCIDENTE

### APRESENTAÇÃO:

A história das relações de poder no ocidente tem, no surgimento dos estados absolutistas, um dos seus momentos mais significativos. Sendo resultado na centralização e fortalecimento do poder real que vinha se processando de forma variada em diferentes partes da Europa ocidental desde o século XI.

O estado nacional se consolida num contexto histórico bastante conturbado, a crise do mundo feudal nos séculos XIV e XV. Contestado tanto pelo particularismo da nobreza, quanto pelo supranacionalismo do papado, o poder real vai se afirmar e se impor a partir do enfraquecimento destas esferas de poder.

A natureza do estado absolutista é um assunto que já desencadeou muita polêmica entre várias correntes de historiadores. A discussão quanto a sua identidade capitalista ou feudal tem na tese do historiador Perry Anderson (Linhagens do Estado Absolutista) uma das interpretações mais aceita pela grande maioria dos estudiosos do assunto. Segundo o autor, o absolutismo era:

“Essencialmente um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional. (...) em outras palavras, O Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: Ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada...”.

O Estado Nacional significou a centralização da Justiça, finanças, defesa, e num certo sentido até mesmo na religião nas mãos do rei.

### • FATORES QUE VIABILIZARAM A FORMAÇÃO DAS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS

#### • O ENFRAQUECIMENTO DA NOBREZA

Até o século XI, os senhores feudais monopolizavam todos os principais mecanismos de poder da sociedade feudal. A figura real, com raras exceções, era desprovida de poder e autoridade. A eclosão das **cruzadas** – expedições militares de caráter religioso, realizadas pela cristandade ocidental entre os séculos XI e XIII, objetivando libertar a “terra Santa” do domínio muçulmano – contribuiu de maneira muito direta para uma mudança radical nas estruturas políticas do mundo feudal.

Durante as cruzadas a liderança militar dos reis era a única forma de garantir a unidade dos exércitos que se dirigiam ao oriente. O desaparecimento e o enfraquecimento de muitas famílias de nobres favoreceu decisivamente no processo de centralização da autoridade real.

- **O ENFRAQUECIMENTO DO PAPADO**

Na baixa Idade Média, o papado atingiu um poder extraordinário, sua interferência política não possuía fronteiras, para o desconforto dos reis europeus. No século XIV, o papado foi atingido por uma sucessão de golpes que contribuíram para limitar a sua influência no campo político.

O primeiro golpe foi o “Cativo de Avignon” (1309-1377), período da história da igreja católica em que a sede do papado foi transferida de Roma para Avignon (França) sob a tutela da coroa francesa. O notório controle do papado pelo rei francês contribuiu para abalar a autonomia desta instituição.

Outro golpe sofrido pelo papado foi o “Cisma do Ocidente” (1378-1417), fase de verdadeira anarquia papal, visto que, a cristandade ocidental se dividia na obediência a dois, e posteriormente (1409-1417) a três papas simultaneamente.

Em ambos os casos a autoridade e o poder do papa foram alvo de contestação e descrédito, favorecendo a esfera do poder nacional.

- **A “ALIANÇA” REI-BURGUESIA:**

É inquestionável o papel da burguesia no processo de consolidação do Estado Moderno, a discussão que se faz é qual o lugar da burguesia no Estado Moderno. A falta de percepção quanto a esta diferenciação tem sido a causa de uma visão radical que rejeita até a expressão “aliança” sem levar em conta o atrelamento econômico direto (empréstimos) e indireto (impostos, tributos, acumulação interna de capital) entre o Estado e este segmento da sociedade. À burguesia o fortalecimento do rei resultaria na supressão dos obstáculos à expansão do comércio impostos pelo particularismo da nobreza feudal como seus infundáveis tributos, impostos, taxas e moedas.

- **AS REVOLTAS CAMPONESAS**

No século XIV a drástica redução demográfica provocada pela Fome, Guerra do Cem anos e pela Peste Negra, resultaram num processo de superexploração da mão-de-obra que agravou ainda mais as condições de vida e trabalho das massas camponesas. Em resistência a esta situação desencadeou-se uma série de revoltas, destacando-se àquelas ocorridas na França (Jacquerie) e na Inglaterra.



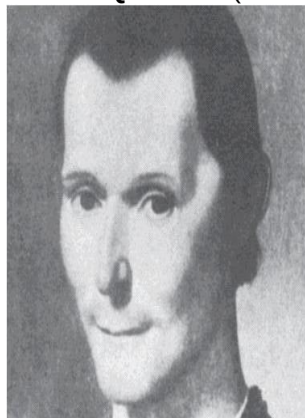
Massacres de camponeses.

Constituindo-se na prática de um movimento anti-feudal, as revoltas colocavam em xeque a própria existência da nobreza. Diante deste quadro, o fortalecimento político-militar do rei, tornou-se mais do

que necessário para evitar a subversão do “Status Quo”. Como bem definiu Perry Anderson “...os estados monárquicos da renascença foram em primeiro lugar e acima de tudo instrumentos modernizados para a manutenção do domínio da nobreza sobre as massas rurais”. (Linhagens do Estado Absolutista. p. 20).

- **AS TEORIAS DO ESTADO MODERNO**

- **MAQUIAVEL (1469-1527)**



Maquiavel.

Com sua obra “O Príncipe” justificou o Absolutismo diante da indispensabilidade deste para a existência da Nação. A obra de Maquiavel é incompreensível sem um enquadramento do autor em seu tempo e contexto histórico.

Maquiavel era um baixo funcionário de burocratas que conhecia muito bem, os execráveis bastidores do poder numa “Itália” dividida e em constante conflito entre as suas dezenas de repúblicas. Como filho de sua época procura nos clássicos, respostas para sua inquietante busca – A Unificação da Itália.

*“É preciso que a Itália, após uma longa expectativa, veja aparecer enfim o seu redentor. E não posso dizer com que amor seria ele acolhido em todas as províncias que sofreram as invasões estrangeiras, com que sede de vingança, com que fé obstinada, com que piedade, com que lágrimas. Que porta encontraria fechada? Que povo lhe recusaria obediência? Que rivalidade encontraria? Que italiano lhe recusaria respeito? Todos têm horror o domínio bárbaro”.*

MAQUIAVEL

É sua fonte clássica (A Roma de Augusto) que ele produz a sua obra prima. Como ele próprio declara: “Compus um opúsculo, DE PRINCIPATIBUS, no qual mergulho, tanto quanto possível, nas profundezas de meu tema, investigando qual a essência dos principados, de quantas espécies podem ser, como são conquistados, conservados e por que se perdem (...) e sobretudo o que deve convir a um príncipe e em especial a um príncipe novo”. Um exemplo clássico da argumentação de Maquiavel é a famosa questão “Mais vale ser amado que temido, ou temido que amado”. Ele nos leva a concluir que as pessoas respeitam mais a quem temem do que a quem amam.

- **JEAN BODIN (1530-1596)**

Com a sua obra “República”, legitimou o absolutismo estabelecendo de forma pioneira os fundamentos da “Teoria do Direito Divino dos Reis”.

Jean Bodin era um “rigoroso jurista fértil em arrazoados, rígido moralista de severidades bíblicas, elevada consciência preocupada com o problema religioso e o soberano bem do Estado”. (CHEVALIER. As Grandes Obras Políticas. p. 50.). Sua obra é uma apologia do poder político absoluto. A República, ou seja, a “coisa pública” (não uma forma de governo) é naturalmente soberana, visto que, para Bodin, sem soberania a república é como um navio sem quilha (sustentação).

A soberania que é própria da República, segundo Bodin é Perpétua, indivisível e Absoluta “...É necessário que os soberanos não estejam, de forma alguma sujeitos às ordens de outros”. Quanto à forma tomada pela “coisa pública”, Bodin obviamente prefere a monarquia, ou seja, a soberania de um só, o Rei. Entre outras razões porque ela é forma mais “natural” de governo (a família tem um só chefe, o céu tem um só sol, o mundo tem um só Deus); É a forma mais lógica “havendo dois, três ou mais, nenhum é soberano” e finalmente porque ela é sagrada:

*“Nada havendo de maior sobre a terra, depois de Deus, que os príncipes soberanos, e sendo por Ele estabelecidos como seus representantes para governar os outros homens, é necessário lembrar-se de sua qualidade, a fim de respeitar-lhes reverenciá-lhes a majestade com toda a obediência, a fim de sentir e falar deles com toda a honra, pois quem despreza seu príncipe soberano despreza a Deus do qual é a imagem na terra”.*

JEAN BODIN

- **THOMAS HOBBES (1588-1679)**

Autor de “O leviatã” legitimou o absolutismo, a partir da teoria do Contrato social, visando o fim da anarquia e a garantia dos direitos naturais. A iconografia do Leviatã no início deste texto é devidamente elucidada na obra de Hobbes. O Homem artificial surge devido a desordem e o caos desencadeados pelos homens naturais “Homo Homini Lupus”, o homem é um lobo para o homem, neste estado a vida era “solitária, pobre, grosseira, animalizada e breve”.

A única saída para esta ameaça de auto-extinção é o homem abandonar este estado. “...Concordai, portanto, em renunciar ao direito absoluto sobre todas as coisas, direito que cada um de vós, igual aos outros possui no estado de natureza e tende a vontade de observar esse acordo de renúncia”. Para quem são transferidos os direitos naturais renunciados? Para o ser artificial (Estado-leviatã) que surge para com seu imenso poder acabar com a ameaça de extinção da sociedade humana.

*“Tal é a origem desse grande Leviatã, ou melhor, desse deus mortal a que devemos, com auxílio do Deus imortal, nossa paz e nossa proteção. Porque armado do direito de representar cada um dos membros da comunidade, é detentor, por isso mesmo, de tanto poder e força que se torna capaz, graças ao terror que inspira, de dirigir as vontades de todos à*

*paz no interior e ao auxílio mútuo contra os inimigos do exterior”.*

THOMAS HOBBES

- **JACQUES BOSSUET (1627-1704)**

Bispo Francês, foi preceptor do Delfim da França (futuro Luís XIV) de 1670 a 1679. Com sua obra “Política extraída das Sagradas Escrituras” deu corpo e forma a teoria do Direito dos Reis, dando ao soberano o caráter de um “Predestinado de Deus”.

A obra de Bossuet tem a pretensão de ser uma interpretação dos decretos divinos sobre política, como bem colocou Chevallier no seu clássico, “mais do que a voz de Bossuet, é a do próprio Deus que o Delfim vai escutar ao ler a Política, já que é extraída das próprias palavras da Escritura”.

Concordando com Bodin, também para o bispo Bossuet “A Monarquia é a mais comum, a mais antiga e também a mais natural forma de governo”. E, principalmente, A Monarquia é sagrada “Dá-se aos reis o título de cristo; são chamados os cristos ou os ungidos do Senhor”.

- **O ABSOLUTISMO NA FRANÇA**

O Absolutismo na França foi marcado por avanços e recuos: Após a Guerra dos Cem anos a centralização do poder Real, foi retomada pelos Valois, até ser freada durante as Guerras de Religião.

A doutrina Calvinista resultou na França, no surgimento de uma comunidade de protestantes denominados de Huguenotes, que tinham em Henrique de Bourbon o seu principal líder. Constituindo a maioria, os católicos, liderados por Henrique de Guise procuravam exterminar os “hereges” com o apoio do Rei Henrique Valois.



*A Noite de São Bartolomeu: pintura sobre massacre de protestantes.*

A guerra dos Três Henriques (1562-1598), como ficou conhecida, foi um fator de limitação da autoridade real. O enfraquecimento do Partido Huguenote, após o Massacre da noite de São Bartolomeu e o conseqüente fortalecimento do partido católico e de seu líder Henrique de Guise, abalou ainda mais a frágil figura real. Nem o assassinato de Henrique de Guise trouxe a estabilidade, o próprio Henrique Valois acabou também por ser

assassinado. O trono, por direito pertence a Henrique de Bourbon, esposo de Margot Valois.

Com **Henrique IV**, inicia-se a Era dos Bourbon. Apesar, de Abjurar o protestantismo (Paris bem vale uma missa) garantiu à estes, pelo Editto de Nantes – 1598: liberdade de culto, autonomia militar e direitos civis.

Henrique IV foi também assassinado e devido a menoridade do futuro Luís XIII, o poder na França esteve nas mãos de **Richelieu**, responsável pela consolidação do Absolutismo e pela Projeção política da França, efetuando para tal, o Editto de Graça de Alais – tirando dos huguenotes as cidades fortificadas e envolvendo a França na Guerra dos 30 anos contra a poderosa e católica Casa D' Austria (Habsburgos).

O Reinado de Luís XIII foi marcado pela guerra dos trinta anos, sua morte prematura, e a menoridade do Delfim, possibilitaram a ação política do cardeal Mazarino, que se tornou impopular devido a política fiscal. Durante este período foi que aconteceu a última tentativa da nobreza de conter o absolutismo dos reis. A Guerra das Frondas (1648-1652) o seu fracasso fortaleceu definitivamente o poder real na França. Com a morte de Mazarino em 1661, inicia-se o reinado pessoal de Luís XIV.

Com **Luís XIV**, o absolutismo vive seu maior brilho. O Rei Sol centralizou a religião, revogando o Editto de Nantes com o Editto de Fontainebleau; desenvolveu momentaneamente a economia graças a genialidade de Colbert. Contudo, sua desastrosa política externa – A França foi derrotada em várias guerras externas como por exemplo, a Guerra de Sucessão da Espanha e a Guerra da Liga de Augsburg – determinou o início da decadência do Estado Moderno na França.

#### **d) O ABSOLUTISMO NA INGLATERRA** **Apogeu e crise**

O estabelecimento do absolutismo atingiu o apogeu a partir da ascensão ao trono de Henrique VIII (1509-1553). Para fortalecer seu poder político, rompeu com a Igreja Católica, criando uma igreja nacional, da qual se tornou chefe (Ato de Supremacia). Afastava-se a influência de Roma nos assuntos internos da Inglaterra. Porém, o governo de seus herdeiros foi envolvido por questões religiosas que quebraram temporariamente a precária estabilidade interna.

Seu filho Eduardo VI, herdeiro com apenas nove anos, foi totalmente dominado por seus preceptores calvinistas. Faleceu cinco anos depois, sendo sucedido pela sua irmã, Maria I (1553-1558), que tentou à força impor o catolicismo. As perseguições lhe valeram o apelido de “Maria, a sanguinária”. Casou-se com Felipe II, futuro rei da Espanha e católico; envolveu-se numa guerra contra a França, e perdeu o porto de Calais, último baluarte britânico em território francês, desde o fim da Guerra dos Cem Anos.

Com sua morte, sem herdeiros diretos, o poder passou para sua irmã, Elizabeth I (1558-1603), que revelou toda a autoridade do pai, assumindo as rédeas do poder. Restabeleceu o anglicanismo e se tornou chefe da Igreja Anglicana. Com ela, o país conheceu o “absolutismo disfarçado”, pois, embora a rainha convocasse o Parlamento, ele, de fato, fazia o que ela desejava.

A rainha perseguiu os adversários do anglicanismo, acusando-os de desobediência ao Estado, o que acarretou o aumento da emigração para a América. Mas a rainha também incentivou a fundação de colônias na América do Norte, como a Virgínia. Por outro lado, a

produção da cultura inglesa se expandiu, destacando-se intelectuais como William Shakespeare e Francis Bacon.

O governo estimulou ataques de corsários aos galeões e colônias da Espanha na América, ficando com uma parte do saque conseguido. Os ataques, além da rivalidade religiosa entre um país protestante e o outro católico, geraram a tentativa espanhola de invadir a Inglaterra, com a “Invencível Armada”, de Felipe II, em 1588. Constituída de 130 navios, foi atacada por navios ingleses e tentou se refugiar em Calais. Porém, um violento temporal dispersou a frota, que voltou para a Espanha sem efetivamente combater. Foi o fim da hegemonia espanhola.

Com a morte de Elizabeth, sem herdeiros diretos, o trono passou para seu primo Jaime I (1603-1625), rei da Escócia, da dinastia Stuart. Iniciava-se a história do Reino Unido da Grã-Bretanha, que congrega Inglaterra, Escócia, Gales e Irlanda (do Norte), ainda hoje. Sendo o rei escocês ligado aos grandes proprietários de terras, houve a formação de uma frente nacionalista no Parlamento inglês contra ele, liderada pela burguesia.

As perseguições religiosas se intensificaram, com a imposição forçada do anglicanismo, redundando na grande emigração de ingleses. Muitos puritanos partiram para a América a bordo do Mayflower; católicos se envolveram na “Conspiração da Pólvora” para matar o rei, mas descobertos foram executados, o que motivou a expulsão dos jesuítas da Inglaterra. Com dificuldades, o rei se impôs ao Parlamento.

Filho de Jaime I, Carlos I (1625-1649) tentou ampliar seu poder absolutista, contra os direitos do Parlamento. Necessitando de recursos financeiros para custear as guerras externas, assinou a Petição dos Direitos (Bill of Rights) em 1628, que limitava seus poderes e ampliava os do Parlamento. Confirmou-se, então, o princípio pelo qual um imposto só seria legal se aprovado pelo Parlamento.

## **AS REVOLUÇÕES INGLESA NO SÉCULO XVII**

O rei, desesperado, convocou o Parlamento em busca de apoio político e de aprovação de novas taxas e impostos. Seu desejo, no entanto, foi negado. Nova dissolução do Parlamento, e a crise se agravavam. Em 1640 ocorreu uma nova convocação. Iniciou-se, então, a reação parlamentar: dissolução dos tribunais reais, supressão dos tributos ilegais, convocação obrigatória do Parlamento, pelo menos uma vez a cada três anos. Novo cerco militar do Parlamento. Porém, os políticos, a burguesia e a população de Londres recorreram às armas, tendo início, em 1642, a guerra civil, com o Parlamento opondo-se ao absolutismo real.

De um lado, o exército real, constituído pelos grandes proprietários de terras (cavaleiros) e seus mercenários, anglicanos majoritariamente; e, de outro, a burguesia, os artesãos e os camponeses, conhecidos como os “cabeças-redondas”, pela forma arredondada do seu corte de cabelo. Seu comandante era Oliver Cromwell, radical puritano.

A guerra favorecia o Parlamento, por causa do apoio financeiro da burguesia e pelas reformas militares introduzidas por Cromwell.

Em situação difícil, o rei fugiu para a Escócia, em busca de apoio. Porém, Carlos I foi preso e, posteriormente, vendido ao Parlamento inglês. Julgado, condenado, foi decapitado.

O poder era disputado pelo Parlamento e pelo Exército. Cromwell, apoiando-se nos seus soldados, realizou um grande expurgo no Parlamento, afastando os presbiterianos monarquistas que temiam a radicalização das reformas propostas pelos puritanos.



Cromwell, chefe militar puritano, detinha de fato o poder; mas era preciso legalizá-lo. A Câmara dos Lordes, uma das casas do Parlamento, foi dissolvida, substituída por um conselho puritano. Cromwell representava a burguesia inglesa e os interesses econômicos dessa classe. Em 1651, editou o Ato de Navegação e a riqueza da nação se expandiu.

Oliver Cromwell implantou, então, uma ditadura pessoal com o apoio do exército e da burguesia comercial. A república foi proclamada, e Cromwell recebeu o título de Lorde Protetor da Inglaterra. A sua ditadura estimulou o crescimento econômico e dela se aproveitou. O mercantilismo proporcionou grandes lucros e o acúmulo de capitais que futuramente propiciariam a Revolução Industrial. Sua morte, em 1658, reabriu a luta pelo poder entre o Parlamento e o Exército. O Parlamento, em 1660, decidiu reconduzir ao trono um Stuart, com a condição de obedecer aos direitos parlamentares.

Porém, Carlos II, filho de Carlos I, decidiu enfrentar o Parlamento, optando pelo absolutismo. Agravando a situação, o rei simpatizava com o catolicismo. O Parlamento reagiu e aprovou uma lei que obrigava todos os funcionários reais a prestar juramento ao anglicanismo, em 1679. Era o Ato de Exclusão. Assim, um católico não poderia ser soberano da Inglaterra.

Em 1685, o rei morreu sem ter herdeiros diretos. O trono passou para seu irmão, o Duque de York, Jaime II, possivelmente convertido ao catolicismo. Havia, portanto, o perigo da volta da influência papal nos assuntos internos do país.

Perante a impossibilidade de arranjo entre a posição do rei e os interesses britânicos, iniciou-se o processo de seu afastamento. O Parlamento, reaberto em 1688, convocou Guilherme de Orange, príncipe holandês protestante, casado com a filha do rei, Maria Stuart, para assumir o trono. Enquanto Guilherme entrava em Londres, o rei Jaime II se refugiava na França.

O novo rei jurou a Declaração de Direitos em 1689. Por esse documento a autoridade real foi drasticamente reduzida, tornando-se o Parlamento o verdadeiro governo do país. A chamada "Revolução Gloriosa" fazia triunfar a monarquia parlamentar.

## O ILUMINISMO E O PENSAMENTO LIBERAL

O Antigo Regime apresentava três características básicas: o absolutismo político, a sociedade estamental e a economia mercantilista. Contra esta estrutura se colocaram muitos pensadores na segunda metade do século XVIII. Almejavam liberdade, segurança e participação na resolução dos problemas comuns. Seu pensamento correspondia às novas necessidades e objetivos da burguesia industrial e financeira que começavam a se organizar.

Esse amplo movimento filosófico, o Iluminismo, analisava a sociedade a partir de uma perspectiva racional. Ele teve origem no racionalismo europeu do século XVII, embora já esboçada desde o Renascimento. O filósofo francês René Descartes (1596-1650) teve enorme influência. Elaborou uma nova metodologia, partindo do princípio de que tudo deve ser compreendido pela razão e pela experiência (método experimental). Sua influência foi tão grande que, após Descartes, não se podia mais pensar cientificamente sem usar o seu método. Segundo o filósofo, o pensamento humano deve considerar todas as manifestações da natureza por meio de uma compreensão racional, e o que não pode ser reconhecido pela racionalidade do espírito humano deve ser desprezado. Famosa a sua frase: "Penso, logo existo". O racionalismo cartesiano foi o método utilizado pelos iluministas interessados no estudo da sociedade.

O cientista inglês **Isaac Newton** (1642-1727) contribuiu para o racionalismo através dos estudos da Física, Matemática e Astronomia. Formulou as leis naturais, isto é, aquelas que ocorrem na natureza, independentes da vontade humana, como os princípios da gravidade. Criou a mecânica celeste, revolucionando a física.

Os iluministas, influenciados pelo racionalismo, criticaram o Antigo Regime. Para eles, não era racional que somente o rei governasse. A teoria da origem divina do poder era contestada, pois não era racional. Seria racional o povo não só escolher seus governantes, como também de lhes exigir prestações de contas de sua ação.

A própria existência de Deus também deveria ser compreendida racionalmente. Deus estaria em todos os lugares, manifestando-se na Natureza. Por essa razão, os iluministas combatiam o monopólio religioso da Igreja Católica. Para encontrar

Deus não havia necessidade de se dirigir à Igreja, pois Ele poderia ser encontrado dentro do coração do próprio homem.

A partir do pensamento de Descartes, os filósofos estruturaram uma nova visão de mundo: o liberalismo. Esse movimento nasceu na Inglaterra, mas alcançou enorme desenvolvimento na França do século XVIII. Os principais expoentes do liberalismo foram:

**a) John Locke** (1632-1704): criticou as idéias de Hobbes, pois acreditava que no estado natural não havia o caos. Mas o ser humano, dotado de capacidade racional, delegou seus direitos a um soberano, seu representante. O indivíduo não existe em função do Estado, e sim o contrário. A função fundamental do governo é garantir a propriedade, a liberdade e a segurança dos indivíduos. Assim, os cidadãos têm o direito de se rebelar contra um governo que não cumpre com as suas obrigações. Defendia a existência do poder legislativo (Parlamento) e a liberdade religiosa. Apoiou a Revolução Gloriosa, de 1688, e ajudou na redação do Bill of Rights. Seu pensamento inspirou os colonos americanos a lutar pela sua independência. Principal obra: Tratado do Governo Civil.

**b) Montesquieu** (1689-1755) propôs a divisão do poder em executivo, legislativo e judiciário, cada qual com suas

atribuições, independentes, mas harmônicos entre si. Era a forma ideal para evitar o despotismo. Principais obras: O Espírito das Leis e Cartas Persas.

c) **Voltaire** (1694-1778) notabilizou-se pelos ataques à Igreja, mas não era ateu, e sim, deísta, isto é, acreditava que Deus se manifestava na Natureza e que podia ser entendido pela razão. Satirizou a nobreza e o clero, atacou o absolutismo e a Igreja, defendeu as liberdades individuais de expressão, a igualdade jurídica. Suas idéias lhe custaram perseguições e exílios. Principais obras: Cartas Inglesas, Cândido.



d) **Rousseau** (1712-1778) destacou-se por lutar pelo princípio democrático, pois o liberalismo propunha um governo baseado na lei, mas não necessariamente democrático. Dizia que os seres humanos viviam felizes no estado natural, afirmando que o homem nascia bom, mas a sociedade o corrompia. Assim, a sociedade não produzia a felicidade, pois esta estaria no estado natural.

Para Rousseau, a desigualdade entre os homens seria a causa dos conflitos sociais. As diferenças de força, inteligência, constituição seriam inevitáveis, pois são naturais. Contudo as desigualdades artificiais seriam geradas pelas condições sociais. Essas podiam ser combatidas e atenuadas. Para Rousseau, a propriedade privada gerava a desigualdade social e destruí a liberdade social. Pregava a volta a uma vida simples, cheia de sentimentos e de solidariedade. Sonhava com uma sociedade em que os conflitos sociais seriam resolvidos racionalmente.

No Contrato Social, seu livro mais importante, defendia o Estado democrático. Para eliminar os conflitos causados pelo aparecimento da propriedade privada, os homens teriam assinado um contrato social. Foi a origem da sociedade civil. Nela, a função do Estado seria regular as relações entre os cidadãos. O Estado deve sempre representar a maioria dos cidadãos, devendo ser, portanto, democrático.

As obras dos iluministas eram debatidas nos salões literários, clubes sociais, cafés e universidades. Um grupo de intelectuais, do qual faziam parte Diderot e D'Alembert, ficou conhecido como enciclopedista, por escrever a Enciclopédia, um dicionário universal, uma síntese do conhecimento na época.

## A INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

### O IMAGINÁRIO DA REVOLUÇÃO

No contexto do século XVII as contradições do chamado Antigo Regime provocaram um intenso desejo de mudanças. As idéias iluministas, centradas na razão e no progresso contestavam a velha ordem absolutista,

mercantilista e estamental e propunham uma sociedade democrática, liberal e igualitária. Uma nova ordem que seria resultado de um processo revolucionário.

### REVOLUÇÃO AMERICANA DE 1776

A designação Revolução é bastante criticável, pois não houve mudanças radicais na infra-estrutura e superestrutura. Na realidade representou uma luta entre interesses comerciais da Inglaterra e da América.

#### A COLONIZAÇÃO DIFERENCIADA DAS 13 COLÔNIAS:

A Colonização da Parte Norte: Baseava-se na Negligência Salutar, pois foi mínima a interferência inglesa na administração local. O clima temperado das colônias do Norte impedia a produção baseada no *plantation* e as guerras e problemas internos na Inglaterra contribuíram para a formação de uma colônia baseada na poli cultura, pequena propriedade, trabalho livre, produção voltada ao mercado interno.

#### OBS:

*Nesta região forma-se uma classe burguesa comercial e industrial, além de pequenos camponeses.*

A Colonização da Parte Sul: Com um clima mais propício ao *plantation* (sub-tropical), foi desenvolvida nesta região uma grande produção algodoeira baseada no latifúndio, escravidão, monocultura e agro-exportação.

#### OBS:

*Nesta região forma-se uma aristocracia rural latifundiária e escravista, em oposição havia a força de trabalho escravo.*

#### MUDANÇAS DA POLÍTICA COLONIAL INGLESA E SEUS EFEITOS:

No século XVII e parte do século XVIII, a característica colonial inglesa baseava-se na **Negligência Salutar**, no entanto, na Segunda metade do século XVIII, a partir da Revolução Industrial, a Inglaterra, modifica sua forma de colonização e passa a aumentar o controle sobre as 13 colônias, no sentido de transformá-las em mercado consumidor de produto fabril. Desta forma passa a fechar indústrias coloniais e procura eliminar o comércio dos colonos com as Antilhas, tido como contrabando. Essas medidas provocaram a reação da burguesia colonial, sobretudo na parte Norte das colônias.

Essas mudanças fizeram-se necessárias devido às guerras que a Inglaterra enfrentou na Europa e nas colônias (como a Guerra dos sete anos contra a França 1756-1763) e também devido o déficit do tesouro Inglês.



*Congressos Continentais de Filadélfia foram decisivos para a Independência.*

## NOVA LEGISLAÇÃO FISCAL DA INGLATERRA

1764 - Lei do açúcar

1765 - Lei do selo

1767 - **Lei Townshend**: impunha altos impostos de importação sobre o chá, papel, vidro e tintas corantes. Esta nova legislação foi duramente combatida pelos colonos que exigiam a presença de seus representantes no Parlamento, no momento da votação das leis. Realizavam desde negociações a boicotes aos produtos ingleses; a Inglaterra suspende os impostos, exceto sobre o chá cuja distribuição pertencia à Cia de Comércio das Índias Orientais.

### DOCUMENTO

O povo, revoltado, seguindo os radicais, impunha castigos aos que denunciavam reuniões ou quaisquer outras atividades revolucionárias. Os delatores que eram descobertos tinham de desfilar pelas ruas com a pele coberta de alcatrão e enfeitados com penas. Os populares xingavam-nos e até lhes atiravam pedras.

**1773 – “Boston Tea Party”**: É a represália dos colonos à manutenção do imposto sobre o chá.

**1774 - Leis Intoleráveis ou coercitivas**: Reação da metrópole que: fecha o porto de Boston, até o ressarcimento dos prejuízos do chá. Massachusetts foi ocupada por militares, à assembléia local foi dissolvida, e um general nomeado governador da colônia.

**1774 – 1º Congresso de Filadélfia**: exigência de respeito aos colonos.

**1775/76 – 2º Congresso de Filadélfia**: promulgação da Declaração de Independência, redigida por Thomas Jefferson, inspirada nas obras de John Locke e dos iluministas. Os congressos de Filadélfia foram

influenciados pelo panfleto “Common Sense”, de Thomas Paine.

Em sua abertura, a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América defendia que todos os homens foram criados iguais e que Deus os dotou de direito de rebelião. Essa foi a base da filosofia política, essencialmente iluminista, que orientou a Independência. Seu redator, Thomas Jefferson, era juiz de paz, lingüista, cientista, educador, urbanista e arquiteto, posteriormente eleito por duas vezes presidente do país. No Estatuto da Liberdade Religiosa de Virgínia, ele reassegurou: “se meu vizinho afirma que há vinte deuses ou apenas um, isso não me causa nenhum dano”. Sua visão pluralista, no entanto, não se estendia aos negros. Ele odiava a escravidão, não só por considerá-la errada, mas também porque ela trazia negros à América. Convencido de que os negros eram estranhos, inferiores e perigosos, exigia que eles fossem não apenas emancipados, mas também expulsos do país.

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA: (1776-1781)

Apesar dos colonos sofrerem algumas derrotas, logo recebem a ajuda francesa, que foi decisiva para a posterior vitória norte-americana.

A guerra durou até 1781 quando os ingleses renderam-se na Batalha de Yorktown às tropas comandadas por George Washington.

### ISOLAMENTO INGLÊS:

França e Espanha aliam-se às treze colônias - pacto de família.

**1780 - Liga de Neutralidade Armada**: queria garantir a liberdade dos mares e resistir às buscas realizadas pelos navios ingleses idealizada pela Rússia e acatada por Dinamarca, Prússia, Suécia e Holanda.

**1783 - O Tratado de Paris** - reconhecimento de independência dos Estados Unidos da América do Norte.

A França não teve as recompensas pretendidas, pois recebeu apenas o Senegal e uma das Antilhas.

## A FORMAÇÃO DO GOVERNO NORTE-AMERICANO

Optou-se pelo Presidencialismo e Federalismo (União Indissolúvel de Estados autônomos. O primeiro presidente eleito foi George Washington - 1789).

É importante lembrar que as colônias do sul continuaram nas mãos de aristocratas latifundiários e a escravidão não foi abolida neste momento.

## A Revolução Industrial

### O pioneirismo da Inglaterra

A primeira nação a se industrializar foi a Inglaterra. Reunindo condições favoráveis, utilizou os capitais acumulados durante a Revolução Comercial como investimentos no setor de transformação.

Os grandes proprietários também colaboraram, pois ao cercarem suas terras (enclosure), inclusive as comunais (de uso comum), arruinaram os pequenos proprietários; ao substituírem a lavoura pela pecuária (criação de ovelhas) liberaram mão-deobra, cujo

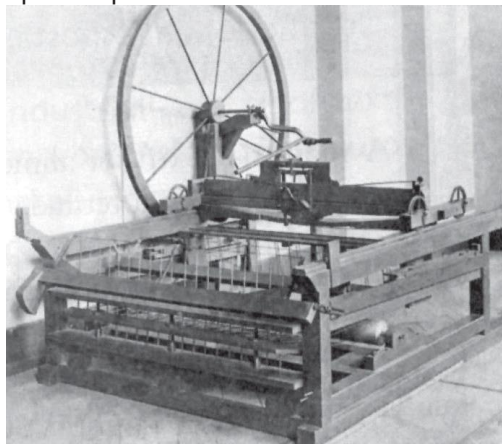
excedente deslocou-se para as cidades, e iriam se constituir nos futuros trabalhadores fabris.

Por outro lado, devido ao crescimento populacional em escala mundial, houve um aumento da procura de mercadorias para atender às necessidades de consumo, estimulando assim a produção e a produtividade. A solução foi a invenção e o uso de máquinas, tanto na lavoura como nas manufaturas. Certamente as invenções industriais não surgiram por acaso, mas da necessidade de se aumentar a produção e diminuir os custos, proporcionando maiores lucros ao empresário.

Os principais inventores, que contribuíram para a industrialização têxtil, foram:

a) John Kay: inventou a lançadeira volante em 1735, instrumento que, adaptado aos antigos teares manuais, aumentou a capacidade de produção das tecelagens.

b) James Hargreaves: inventou a “spinning jenny”, em 1767, que revolucionou a fição, pois produzia até 80 fios simultaneamente, operada por um só trabalhador.



A máquina de fição “Spinning Jenny”.

c) Richard Arkwright: inventou a “water frame” em 1769, máquina movida a água e que produzia fios grossos.

d) Samuel Crompton: inventou a “mule jenny”, em 1779, que produzia fios finos mas resistentes.

e) Edmond Cartwright: inventou o tear mecânico, em 1785.

O desenvolvimento da máquina a vapor por James Watt, em 1768, possibilitou superar o obstáculo da força motriz. Tradicionalmente eram utilizadas a energia humana, a animal, a eólica e a hidráulica. Nenhuma delas porém era tão adaptável e eficiente como a energia a vapor, que podia ser utilizada nas fábricas, e estas podiam ser construídas próximas às fontes fornecedoras de matérias-primas.

As máquinas primitivas de madeira foram substituídas pelas de ferro. A fabricação de ferro fundido ganhou grande impulso a partir da substituição do carvão vegetal pelo mineral, transformado em coque e com maior poder calorífico. Todas essas transformações arruinaram as pequenas oficinas artesanais e os artesãos foram transformados em operários.

Porém, apesar de todo o progresso econômico, as condições de trabalho, na primeira fase da Revolução Industrial (1760 a 1860) eram desumanas. Não havia legislação trabalhista nem proteção do Estado à classe trabalhadora. Assim, o trabalho nas fábricas era realizado em ambientes úmidos e insalubres, e as jornadas atingiam dezesseis horas por dia, seis dias por semana.



Camponês artesão.

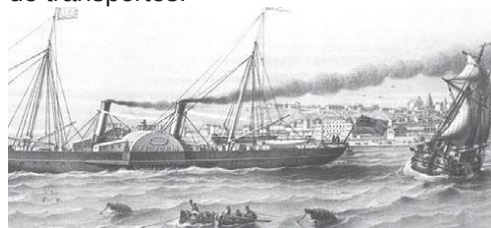
O salário meramente mantinha o trabalhador vivo. Nos bairros operários, as moradias eram péssimas, sem rede de água e esgoto, e muitos se entregavam ao alcoolismo. Não havia contrato de trabalho, aposentadoria, férias, nem pensão para as viúvas. As crianças órfãs eram encaminhadas aos orfanatos e a prostituição era a opção para muitas mulheres.

Em muitas fábricas era comum o emprego de mulheres e crianças, por ser uma mão-de-obra mais barata. Muitas crianças, retiradas dos orfanatos, moravam na própria fábrica, sujeitas à fome, frio, excesso de trabalho e acidentes com máquinas. Havia crianças, com menos de seis anos, trabalhando em fábricas de fição e tecelagem.

Essas condições geraram protestos dos trabalhadores, mas como a lei inglesa proibia greves e associações operárias, a polícia reprimia-os com violência.

Fábricas foram destruídas pelos artesãos que temiam as concorrências, porém inutilmente.

A máquina a vapor também revolucionou o setor de transportes.



Barco a vapor.

A invenção do navio a vapor por Robert Fulton, em 1808, e a locomotiva, desenvolvida por Stephenson, em 1825, foram os principais avanços. A estrada de ferro revolucionou os transportes terrestres a tal ponto que o século XIX é chamado de “o século das ferrovias”. Em 1830 foi construída a primeira estrada de ferro comercialmente rentável na Inglaterra, ligando Manchester (centro têxtil) a Liverpool (porto marítimo).

Na verdade, a industrialização, sinônimo de desenvolvimento, foi o que a Inglaterra mais exportou. Nas primeiras décadas do século XIX, ela se difundiu pela Bélgica, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos.

Os meios financeiros ganharam extraordinária importância. O comércio e a indústria necessitavam de créditos para transformá-los em capital de giro. Os bancos financiavam os empreendimentos, criando uma dependência das indústrias, do comércio e até mesmo

dos governos. Os financistas se transformavam na aristocracia burguesa. Iniciava-se a era do “capitalismo financeiro”, ainda hoje dominante.

As pesquisas, o desenvolvimento tecnológico e as transformações sociais continuavam aceleradamente, apesar das crises cíclicas, típicas do capitalismo. A segunda fase da revolução, a partir de 1860, caracteriza-se pela produção do aço, pela invenção do motor à explosão interna, energia elétrica e exploração do petróleo. Bessemer conseguiu, em 1856, produzir aço a partir da injeção de ar comprimido. A invenção do dínamo por Faraday possibilitou a utilização da energia elétrica em larga escala.

Multiplicaram-se os métodos produtivos, objetivando baixar o custo de produção. Uma maior quantidade de pessoas podia adquirir esses produtos, transformando os hábitos sociais.

A urbanização era crescente. As cidades da Europa e dos Estados Unidos ganhavam iluminação a gás, rede de água e esgoto, jornais, comunicação telegráfica, áreas de lazer etc. Mas havia muito contraste entre os bairros ricos e os bairros pobres.

Algumas grandes empresas passaram a absorver as pequenas, dominando desde a produção de matéria-prima até a venda final dos produtos, formando os trustes. A associação de várias empresas do mesmo ramo, controlando e garantindo os preços de mercado, mas mantendo sua independência jurídica, constituíam os cartéis. Grupos financeiros poderosos passaram a controlar as bolsas de valores e o mercado acionário, comprando ações de empresas de capital aberto, detendo seu controle empresarial. Constituía-se nos holdings.



Fábrica do século XIX.

O papel-moeda, com lastro no ouro, substituiu a circulação de moedas metálicas. Iniciava-se a época do “padrão ouro” e que durou até a década de 1930.

## 1ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL:

### Características e Consequências

A industrialização inglesa no século XVIII teve a seguinte caracterização: Utilização do ferro como material industrial básico; do vapor como fonte energética; da produção de têxteis (lã e algodão) e da consolidação do capitalismo competitivo (livre-concorrencial).

A produção feita em larga escala e impressionante velocidade, era realizada por trabalhadores completamente expropriados dos meios de produção e obrigados, para sobreviver a venderem a sua força de trabalho, O PROLETÁRIO:

Sujeito a uma intensa e rígida disciplina de trabalho o operário é submetido a péssimas e miseráveis condições de vida e de trabalho.

## DOCUMENTO TEXTUAL: As condições de vida e trabalho do nascente proletariado

*“A Revolução Industrial teve conseqüências dramáticas para todos os grupos de trabalhadores. Os operários nas fábricas, os mineiros nas minas de carvão, os artífices nas suas oficinas, e os camponeses na terra, tinham de se ajustar a um modo de vida inteiramente novo.*

*Muitos operários das primeiras fábricas ficavam em completa dependência dos seus novos patrões... Era-lhes proibido juntarem-se em sindicatos obreiro, fazer greve ou emigrar. (...) O novo sistema industrial arruinou a saúde de muitos trabalhadores. Quase todas as indústrias tinham as suas doenças características e as suas deformidades físicas. Os oleiros, os pintores e os cortadores de arame sofriam de envenenamento pelo chumbo; os mineiros, de tuberculose, de anemia, de vista, e de deformações na espinha; Os afiadores, de asma; os fiandeiros, de perturbações brônquicas; os fabricantes de fósforo, de envenenamento.*

*Uma das mais infelizes conseqüências sociais do primeiro sistema fabril foi a exploração de mulheres e crianças... Nassau Sênior escreveu que um relatório parlamentar de 1842 sobre o trabalho infantil na Inglaterra demonstrou “o mais terrível quadro de avareza, egoísmo e crueldade da parte dos patrões e dos pais, de desgraça juvenil e infantil, de degradação e destruição já alguma vez presenciado”.*

*As queixas mais sérias dos operários das fábricas e das minas referiam-se a excessivas horas de trabalho, salários baixos, multas, e ao sistema de permuta segundo o qual os patrões pagavam em gênero e não em dinheiro. Os homens, as mulheres e as crianças trabalhavam doze horas ou mais por dia e estavam geralmente exaustos quando chegavam em casa. O número de dias de trabalho no ano aumentava. Por vezes o domingo era dia de trabalho também... E além disso, após a Revolução Industrial, um operário tinha às vezes de percorrer uma considerável distância a pé para chegar à fábrica”.*

(HENDERSON, W. O. A Revolução Industrial. São Paulo, Verbo/Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, pp 122-128).

Tal situação era grave, principalmente porque a Revolução Industrial impôs enormes sacrifícios aos trabalhadores: longas jornadas de trabalho (de 14 a 16 horas diárias), insalubridade extrema nos locais de trabalho, exploração intensa de mão-de-obra feminina e infantil. As fábricas, particularmente na Inglaterra, transformaram-se em verdadeiros cárceres, razão pela qual eram chama-das de “Bastilhas” pelos operários, em alusão à famosa prisão cuja conquista desencadeou a revolução na França, em 1789. Devido a essa situação, na Inglaterra, na França e um pouco em toda a Europa, os anos 30 e 40 do século passado foram marcados por grandes agitações operárias. Elas partiam da luta contra as condições de trabalho, a verdadeira servidão que imperava nas fábricas, e, muitas vezes, contra a tirania das máquinas nas quais os trabalhadores freqüentemente identificavam seus inimigos. Mas estas lutas desembocaram rapidamente em movimentos de reivindicações políticas, em particular, de *reforma do sistema político*.

As primeiras formas de resistência contra a exploração dos operários das cidades industriais nasceram dentro de associações de **auxílio mútuo**, ou **mútuo socorro**. Preocupadas inicialmente em ajudar trabalhadores desempregados ou em dificuldades, essas

associações logo evoluíram no sentido de organizar protestos e lutas contra o excesso de exploração.

Os primeiros protestos operários que, embora não apresentassem organização definida, foram muito significativos no sentido de demonstrar a insatisfação e o repúdio a extenuante forma de exploração, foi o **Ludismo**. Quebrando máquinas e colocando em risco a acumulação do capitalista, o movimento foi importante no sentido de gerar um certo temor nos donos dos meios de produção de apertar ainda mais o então já arrochado processo de trabalho.

Com a primeira forma de manifestação da classe operária através do Ludismo, o Estado, tentando conter essas ondas de manifestações, amplia a participação política por meio da **reforma eleitoral em 1832**. Contudo, essa reforma não alcança os operários.

A reforma de 1832 foi acompanhada de alguns atos parlamentares, como o que confirmou, em 1834, **A LEI DOS POBRES**, que garantia assistência pública aos doentes e velhos, além de determinar que os pobres – se fossem fisicamente capazes – teriam que trabalhar nos asilos para ganhar seu sustento.

Depois, os trabalhadores ingleses avançam no sentido de organizar suas reivindicações no **Cartismo**, que se desenvolveu na Inglaterra. O movimento deve seu nome à *Carta do Povo* (*People's Charter*), documento publicado em 1838, após um ano de elaboração, contendo suas reivindicações. As origens do Cartismo remonta a 1831, quando a União Nacional das Classes Trabalhadoras, fundada por William Lovett, defendeu a adoção do sufrágio universal, afirmando que por meio da democracia política a classe trabalhadora poderia alcançar a democracia social. A carta continha seis reivindicações:

1. sufrágio universal (mas apenas para homens livres)
2. voto secreto
3. elegibilidade para os não proprietários
4. salários para assegurar a sobrevivência dos parlamentares operários
5. distritos eleitorais iguais
6. eleição para o Parlamento todos os anos.

Nos anos de 1842 e 1848 houve a segunda e terceira convenções cartistas e apesar de milhares de adesões o Parlamento Inglês rejeita os documentos, levando a novas ondas de agitações, duramente reprimidas pelo governo de Londres, finalmente algumas reivindicações foram aceitas.

Os governos burgueses reagiram com a criação de vários dispositivos legais proibindo organizações operárias. No entanto, os movimentos grevistas reivindicatórios logo passaram a fazer parte do cotidiano do mundo industrializado.

A organização dos trabalhadores evoluiu, principalmente na segunda metade do século XIX, para a forma de **sindicatos** ou associações, chamadas na Inglaterra de *trade-unions*. As reivindicações, como redução da jornada de trabalho, proibição ao trabalho do menor, licença para as trabalhadoras grávidas, entre muitas outras, passaram a ser uma bandeira cotidiana dos líderes sindicais.

A proposta política da burguesia era de preservar ou estabelecer na Europa ocidental o regime liberal onde, teoricamente, todo o cidadão teria direito a representação através do voto, o problema é que só os proprietários de terra, indústria ou outros bens eram considerados cidadãos já que o voto era censitário. Daí a luta do Movimento Cartista pelo sufrágio universal.

Nas áreas rurais, a resistência contra o avanço burguês foi representada pelo “Movimento Swing”. Destruindo máquinas rurais, incendiando os campos e praticando a caça ilegal os seguidores do capital Swing resistiam ao agravamento das suas condições de existência.

Apesar da luta do operariado “*Era necessário: tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social como são explorados*”. (MARX, *O Capital*, p. 491).

No alvorecer da segunda metade do século XIX, a população urbana inglesa havia superado em número a rural, o que significa que os governantes não podiam continuar ignorando as aspirações políticas das classes operárias.

Na década de 1860, a competição entre os liberais e os conservadores, que disputavam entre si a liderança política do país, resultou em algumas reformas que favoreceram as classes trabalhadoras. Uma nova reforma eleitoral instituiu, em 1867, o sufrágio (voto) universal masculino e, pouco mais tarde, a classe operária inglesa conquistou o direito de greve e a legitimação dos seus sindicatos que, em 1906, elegeram cinquenta operários para o Parlamento.

Embora o comando político não tivesse sido alterado, já que permanecia nas mãos dos burgueses e aristocratas, crescia na Inglaterra e fora dela, as possibilidades de o operariado ter acesso a uma maior representação política.

Vale lembrar que, com suas lutas e reivindicações, a classe operária de modo geral contribuiu, em larga escala para a consolidação das democracias contemporâneas.

## A REVOLUÇÃO FRANCESA

### A França Pré-Revolucionária:

Presença do absolutismo monárquico com explicação do poder do Rei baseado na tese do direito divino.

Presença do modelo mercantilista marcado por grande intervenção do Estado na economia.

Déficit do tesouro nacional em função dos gastos com o parasitismo do clero e da nobreza e envolvimento da França em guerras dispendiosas (ex.: A guerra dos sete anos contra a Inglaterra e a guerra da independência americana).

Crise econômica em função da elevação dos impostos e más colheitas (a agricultura sofria com enchentes, secas, geadas...).

Sociedade aristocratizada que privilegiava os nascidos no seio da nobreza e com a seguinte estrutura:

1º Estado (alto clero) e o 2º Estado gozavam de inúmeros privilégios: não pagavam impostos, possuíam privilégios de caça, de pesca, recebiam pensões pecuniárias, cobravam pedágios e alfândegas em suas propriedades, cobravam dízimos e outras obrigações servis. (...).

Porém estas classes sociais não eram uniforme em função da seguinte divisão:

O clero – dividia-se em: alto clero (filhos da nobreza) e baixo clero (elementos do 3º Estado).

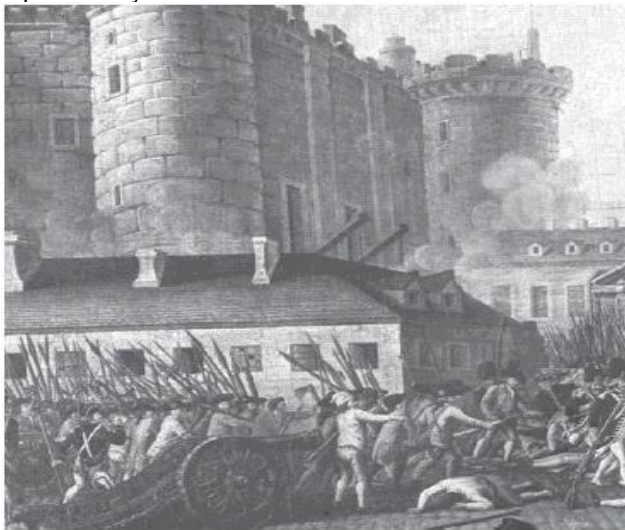
A nobreza – dividia-se em: nobreza provincial (senhores feudais), nobreza palaciana e nobreza togada (burgueses que compravam títulos de nobreza).

O 3º Estado – o resto da sociedade: os camponeses, os operários, os burgueses e (...).

## O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO:

### 1ª FASE:

A formação da Assembléia Nacional Constituinte (agosto de 1789 – setembro 1791); nesta fase foram abolidos os privilégios feudais, aprovou-se a Constituição civil do clero, transformando os clérigos em funcionários do governo, além da aprovação da Declaração dos direitos do homem e do cidadão (26 de agosto de 1789). Ela proclamava o direito à liberdade pessoal, de pensamento e a igualdade de tratamento perante a lei, declarava também que o governo não pertencia a nenhum governante, mas ao povo, e que seu objetivo era a preservação dos direitos naturais do indivíduo.



“A Queda da Bastilha”.

Em setembro de 1791 foi promulgada a 1ª Constituição francesa que ainda determinava o voto censitário, a lei Chapelier (que proibia qualquer organização operária) e a limitação do poder do Rei.

### 2ª FASE:

A Convenção. A constituição não atendia aos interesses da maioria e a França começou a sofrer invasões estrangeiras. O povo então toma as rédeas da Revolução através dos Jacobinos (pequena burguesia que tinha o apoio popular).

Decisões desta fase:

- Sufrágio universal masculino.
- Abolição da escravidão nas colônias e por dívida.
- Educação pública gratuita.
- Lei do Máximo – que previa estabelecer preços máximo no gênero de 1ª necessidade.
- Reforma agrária.

– Criação do Comitê de salvação pública e da lei dos suspeitos que institui o TERROR sob a liderança de Robespierre (cerca de 40 mil pessoas foram mortas).

Os jacobinos perderam a unidade após a condenação à guilhotina de Danton e Hebert feita por Robespierre que enfraquece e perde o poder. Também acaba na guilhotina após sofrer o golpe do 9 termidor, quando a alta burguesia voltou a poder e instituiu o diretório.

### 3ª FASE:

#### O DIRETÓRIO

Determinação:

- Fim do sufrágio universal.
- Perseguição aos Jacobinos.
- Fim da lei do máximo.
- Eliminou o tribunal de salvação pública.
- Proibiu organizações populares.

Com o agravamento das tensões, geradas pela inflação e corrupção, a burguesia não conseguia controlar a situação nem o povo, preferindo entregar o governo aos militares através do golpe de 18 Brumário que marcou a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder.

## AS RELAÇÕES DE TRABALHO RURAL E URBANO NAS MINAS GERAIS DO SÉC. XVIII

*Nos últimos anos do século XVII, o ouro foi descoberto em Minas Gerais. Pouco depois se descobriu o metal também em Goiás e Mato Grosso.*

As descobertas foram resultado de uma ação das bandeiras paulistas, expedições compostas por brancos, índio e negro que viajavam pelos sertões desconhecidos à procura de metais preciosos. As Bandeiras contavam com incentivo da Coroa Portuguesa que, naquele momento, tinha um interesse ainda maior na descoberta do ouro.

Portugal enfrentava graves problemas econômicos e financeiros. Como resultados da União Ibérica, havia perdido grande parte de seus entrepostos comerciais e o monopólio do açúcar. Com a expulsão dos holandeses do Brasil (1654) e abertura pelos flamengos de uma área produtora nas Antilhas, o preço do açúcar ficou reduzido à metade.

## O CONTROLE PORTUGUÊS NAS MINAS

Portugal, interessado nas riquezas das Minas de Cataguazes, iniciou uma política fiscal para tentar manter um controle do escoamento dos metais preciosos da região, criando assim uma série de mecanismos de controle, tais como:

**O QUINTO:** imposto sobre a atividade mineradora, criado em 1700. o Quinto representava a quinta parte do metal extraído nas minas e devia ser pago pelos mineradores.

**O REGIMENTO DOS SUPERINTENDENTES, GUARDAS-MORES** e mais oficiais deputados para as minas de ouro: criado em 1702, o qual estabelecia regras para a exploração do metal.

**O SISTEMA DE DATAS:** a unidade da exploração do ouro, assim como as sesmarias havia sido a de exploração do ouro. O tamanho das datas variava de acordo com o número de escravos que cada minerador possuísse.

**A INTENDÊNCIA DAS MINAS:** Órgão subordinado diretamente a Lisboa para cuidar da supervisão das minas e garantir a arrecadação do ouro.

## A EXTRAÇÃO DO DIAMANTE

Dois anos após a descoberta oficial dos diamantes (1729) no Distrito de Diamantina na Comarca do Serro do Frio. Sua sede era o arraial do Tijuco, hoje Diamantina. A administração nessa área foi muito rígida, buscando limitar o volume de diamantes. Para manter os preços estáveis no mercado holandês, para onde eram exportados, os volumes de diamantes extraídos tinha de ser constantemente controlado.



Extração de Diamantes no Brasil

## OURO: SONHO E PESADELO

A exploração do ouro nas áreas coloniais brasileiras empregou técnicas primitivas de extração que rapidamente esgotavam os depósitos de metal. Na região das minas, a grande possibilidade de encontrar ouro quase na superfície permitiu que a exploração fosse realizada sem métodos sofisticados, com instrumentos muito simples.

Nas Minas, o ouro foi explorado nos leitos dos rios e nos lugares onde a mineração era aberta a todos pelos faiscadores, homens pobres que exerciam uma atividade itinerante, e nas lavras, unidade de produção de grandes mineradoras nas quais trabalhavam um grande número de escravos. Interessante é o fato de muitas vezes escavarem as ruas das vilas à procura de ouro. A tal ponto chegou esta prática que o Senado da Câmara tiveram que proibir a mineração nas ruas para conserva-las transitáveis.

Os depósitos de ouro dividiam-se em duas categorias principais: os veios e os leitos dos rios. Nas Minas dos Cataguazes predominou dos leitos. Os mais fáceis de minerar eram aqueles nos quais as partículas de ouro se encontravam misturadas com o cascalho a cerca de um metro de profundidade.

O processo de minerar mais generalizado utilizava a bateia. Os primeiros bandeirantes falcavam com gamelas (pratos de madeira) normalmente usados para preparar e servir alimentos) que foram substituídos por bateias feitas de madeira ou estanho. A técnica era simples: o cascalho era colocado na bateia que era rodada dentro da água. A areia e os seixos, mais leves, eram lançados para fora

do recipiente com água, o ouro, mais pesado, depositava-se no fundo da bateia.

Todos os processos, mais ou menos sofisticados, realizavam sua última etapa com a bateia. Quando os depósitos eram mais profundos, tornava-se necessário represar a água do córrego, que podam ser feitos com o trabalho manual dos escravos ou com uma roda d'água, denominada rosário, que aumentava a eficiência do processo. Nos morros, a exploração se fazia com escavações chamadas cata e o cascalho era trabalhado por pressão hidráulica. O material removido passava por uma série de comportas e cada uma delas retinha partículas de ouro. Os escravos finalmente usavam a bateia para resgata-las. Este era o processo que apresentava os melhores resultados mas, em contrapartida, exigia maior investimento inicial.

Eram muitos os tipos de ouro extraídos dos depósitos: ouro preto, ouro podre, ouro branco, entre outros. Os critérios essenciais para sua avaliação basearam-se na sua cor, forma e toque.

Os escravos preferidos para atuarem na mineração foram os de Benim, ou Costa da Mina, considerados melhores trabalhadores, mais resistentes às doenças e mais forte do que os demais. Estes requisitos eram importantes na empresa mineradora, que exigia muito dos que nela se aventuravam.

Os escravos trabalhavam imersos na água até a cintura em córregos frios, enquanto o resto do corpo ficava exposto ao sol. Insolação, diarreias agidas, pneumonia, febres constantes e malária eram comuns. As mortes eram causadas ainda por quedas nas catas. A mortalidade dos escravos era muito alta.

## ALGUMAS REVOLTAS E TAXAÇÕES:

### ➤ O MOTIM DO MORRO VERMELHO

Os moradores de Morro Vermelho, localidade próxima à Caeté, os de Sabará, os de Vila do Campo (hoje Mariana) e os de Vila Rica (atual Ouro Preto) fizeram uma rebelião contra o pagamento da taxa. O governador assustado com a desordem, suspende a cobrança da taxa por bateias e voltou a cobrar as trintas arrobas anuais. Até 1717, manteve-se essa forma de arrecadação do quinto, com a concordância do Rei. O soberano concedeu o perdão aos revoltosos em Carta Régia de quatro de maio de 1716.

Omo se pode ver, nem sempre a vontade da Coroa prevaleceu. Muitas vezes, quando os moradores se revoltaram contra as mudanças na forma de arrecadação dos impostos a que estavam acostumados, o rei teve que voltar atrás. Isto aconteceu, por exemplo, na revolta liderada por Felipe dos Santos, ocorrida em Vila Rica, em 1720.

### ➤ A REVOLTA DE 1720

Em 1718, já no governo de D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, ficou combinado que o pagamento do quinto seria de 25 arrobas por ano. Além das 25 arrobas, as Câmaras deveriam entregar

para a Coroa o rendimento das entradas, que até então as Câmaras haviam administrado. Os impostos pagos nas entradas eram extremamente lucrativos. Referiam-se às taxas cobradas sobre todas as mercadorias que entravam e saíam da região das minas.

Estas taxas eram cobradas nos registros, postos fiscais (como as atuais alfândegas), colocados em lugares estratégicos dos caminhos para as áreas mineradoras. A entrega da renda das entradas para a Coroa para Portugal uma quantidade de ouro muito significativo. O lucro das entradas, foi às vezes, até mais rentável que a arrecadação do quinto do ouro.

Mesmo assim, o rei não se dava por satisfeito. Em fevereiro de 1719, o soberano ordenou que fossem estabelecidas as casas de fundição nas minas. Com esta medida, a metrópole procurava evitar o contrabando de ouro em pó com a fundição do metal em barras e fazer a cobrança do quinto nas próprias casas de fundição.

A ameaça de alteração da forma de cobrança do quinto do ouro e o controle que as fundições passariam a exercer sobre os mineradores foram motivos importantes para a eclosão do movimento em Vila Rica. Esta revolta adiou a implantação das casas de fundição, que só foram abertas a partir de 1724.

As casas de fundição não foram estabelecidas e em 1720, mas novamente a Capitania foi dividida para que a metrópole pudesse exercer um controle maior sobre os mineradores. Em 1721, foi criada a Capitania de Minas Gerais, desmembrada de São Paulo. O seu primeiro governador foi D. Lourenço de Almeida que conseguiu, finalmente, estabelecer as casas de fundição. Em 1724, foi aberta a Casa da Moeda e de fundição em Vila Rica e, em 1734, as fundições de Sabará e São João Del Rei.

### ➤ **A SEDIÇÃO DE 1736**

Na terceira década do século XVIII, o rei novamente não está satisfeito com o volume de ouro arrecadado na colônia. O soberano consultou os ministros e decidiu estabelecer uma taxa de captação sobre o ouro. Este sistema foi adotado a partir de 1736. essa taxa significava cobrar o imposto (o quinto do ouro) de toda a população das minas, mesmo daqueles que não se ocupavam da mineração.

Assim. Além de ter pago os dízimos reais, mistos e pessoais, que insidiam sobre as outras atividades desenvolvidas na Capitania, as pessoas que não se dedicavam à extração do ouro ainda tinha que arcar com a taxa de captação, estimada em 1/8 de ouro por cabeça.

Este novo sistema foi muito mal recebido nas minas. As populações de várias localidades da Capitania se revoltaram. O conflito mais violento contra o sistema da captação ocorreu no noroeste de Minas (o Sertão do Rio São Francisco), uma área agropastoril, que até então não tinha pago o quinto do ouro. Também se revoltaram contra os moradores da Vila de Pitangui, Vila do Carmo e Sabará.

### ➤ **DERRAMA**

A cobrança da taxa de captação permaneceu até 1750, quando foram reabertas as casas de fundição e retornou-se ao sistema de fintas, pagamento das quantias combinadas de arrobas manuais. Mas, em 1750, as minas já estavam decadentes e a arrecadação do ouro foi diminuindo cada vez mais. A ameaça de Portugal de cobrar da população da Capitania os impostos atrasados a chamada DERRAMA – foi um dos fatores da eclosão da revolta mais famosa ocorrida em Minas Gerais, a Inconfidência Mineira (1789).

### ➤ **O CONTRABANDO**

A metrópole sempre procurou impedir o contrabando do ouro. Proibiu a utilização dos caminhos que não fosse os oficiais, instalou registros (postos fiscais em pontos estratégicos dos caminhos que entravam e saíam das minas) para evitar a sonegação dos tributos, controlou severamente a abertura de picadas.

Contudo, a população das áreas mineradora era muito mais esperta do que as autoridades portuguesas. Várias eram as estratégias utilizadas para contrabandear o ouro. A mais famosa delas dúvida foi a utilização dos chamados “santos-do-pau-oco”, imagens oca de madeira, dentro das quais se escondia o metal. O ouro em pó era também contrabandeado nas carapinas dos negros, em estrutura de metal revestidas de materiais menos nobres e nas batinas dos padres. Até uma fábrica de moedas falsas foi fechada pelas autoridades portuguesas, em 1723, na Capitania de Minas Gerais.

### **A SOCIEDADE MINEIRA COLONIAL**

Pelas características muito especiais da região mineradora, a sociedade de Minas no século XVIII foi também peculiar. O desenvolvimento de atividades agrícolas, comerciais e artesanais e manufatureiras. O processo de urbanização foi muito mais intenso do que em qualquer outra área da colônia.

Nas Minas, os povoados formaram-se espontaneamente às margens dos rios e nas encostas das montanhas, locais onde geralmente se explorava o ouro. Estes povoados foram centros administrativos, locais de intensa atividade comercial, palco de manifestações artísticas e culturais, de movimentada vida social e de realização de festas religiosas e profanas

A população da região mineradora cresceu com muita rapidez nas primeiras décadas do séc. XVIII e, em consequência, os centros urbanos também se desenvolveram muito rapidamente.

Com o passar dos anos, os ranchos que proliferavam nos primeiros tempos dos arraiais, foram substituídos pelas casas térreas e sobrados, residências de dois andares, construções bem mais elaboradas. Os moradores mais pobres das vilas residiam nas casas térreas, construções mais simples, muitas vezes feitas de pau-a-pique. Os sobrados, símbolos de status, eram habitadas pelos ricos fazendeiros, comerciantes e mineradores da Capitania.

Nos sobrados, os moradores utilizavam apenas o andar superior. O térreo era utilizado como senzala (moradia dos escravos), depósito ou abrigo de

animais. Muitas vezes este andar era também usado como loja ou venda, hábito importado de Portugal.

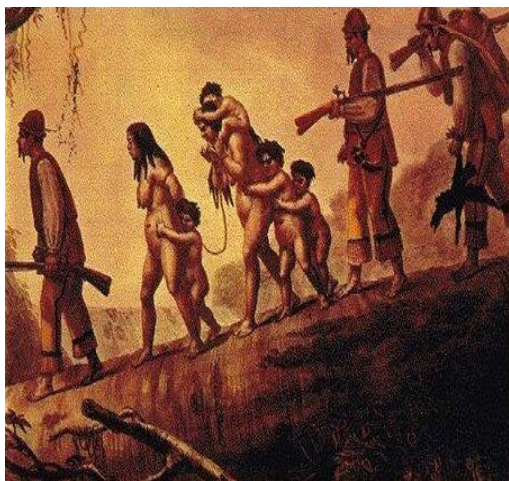
As chácaras eram também muito comuns na região mineradora. Situadas nos arredores das vilas, era casa mais espaçosa do que as construídas nos centros urbanos e se caracterizavam pelas enormes varandas que as circundavam. Nestas chácaras, criavam-se animais e cultivavam-se hortas e pomares.

Uma outra característica da urbanização da área mineradora foi a de os povoados formarem-se próximos a uma capela. Assim, cada povoado tinha seu próprio templo. Estes templos, além de serem os locais das práticas religiosas, tornou-se o centro da vida social. Foi em torno destas igrejas que as populações de cada um dos povoados uniram-se em associações leigas, a irmandade. Estas foram responsáveis, portanto, pela vida religiosa e social dos centros urbanos mineiros.

## ➤ OS ESCRAVOS NAS MINAS

“O escravo era uma mercadoria imprescindível para os mineradores. Se na zona dos engenhos o escravo era (...) os pés e as mãos do senhor do engenho, na região aurífera o escravo significava muito mais. Não era apenas os pés e as mãos do senhor, mas representava a posse das minas, sendo, portanto, a verdadeira riqueza econômica de seus donos.

O Regimento das Minas, de 1702, determinava (...) que não receberia data aurífera aquele que não tivesse escravos para explorá-la. Além do mais, se o minerador deixasse de estabelecer os serviços de exploração ou os paralisasse, por haver perdido seus negros, perdia também seus direitos à posse da mina (...)



Soldados da Província de Curitiba conduzindo prisioneiros indígenas

Os primeiros escravos que entraram nas minas eram indígenas levados pelos paulistas, em consequência da descoberta do ouro na Minas Gerais, ficaram quase totalmente desfalcados de seus índios. (...)

A contribuição do negro para a mineração não foi apenas material, como instrumento de trabalho. Houve também uma participação intelectual pois os africanos trouxeram, de seu continente, conhecimentos técnicos que os brancos adotaram e aperfeiçoaram.

Os negros trabalhavam arduamente nas faisqueiras, tabuleiros e grupiarias. Manejavam a bateia, o alvião e o almocrafe. Escavavam as canoas, faziam os desmontes, as perfurações e as galerias.

Trabalhavam horas e horas com o corpo mergulhado na água fria dos ribeiros. Outras vezes permaneciam a maior parte do dia em galerias profundas, sem iluminação e sem dispositivos para renovação do ar (...)

Além do trabalho de extração aurífera, o negro era o carregador do serviço das roças, das tarefas domésticas, funcionava como máquina de transporte e exercia ofícios de sapateiro, alfaiate, pedreiro, etc.

(ZEMELLA, Mafalda. O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no séc. XVIII. São Paulo:HUCITEC, 1990. pp. 184-185)

## Irmandades Religiosas no Brasil

As irmandades são instituições religiosas compostas por leigos que tinham como objetivo ajudar os seus membros e a comunidade. As irmandades obedeciam a regras sancionadas pela Igreja e tinham as suas contas verificadas anualmente por um dignitário religioso. Estas instituições, que existiam na Europa desde a Idade Média, aparecem no Brasil a partir do século XVIII, em especial na região de Minas Gerais. A corrida ao ouro levava inúmeros aventureiros em busca de fortuna, mas o estabelecimento das populações não foi acompanhado pela construção de igrejas ou conventos que pudessem dar assistência religiosa às populações. As irmandades e confrarias religiosas surgiram para colmatar esta falha e são um fenómeno tipicamente urbano. Em 1711 existiam já dez irmandades em Minas Gerais. As diversas irmandades eram compostas por membros muito heterogêneos já que qualquer pessoa podia ser membro de uma dessas associações, homens livres ou escravos, ricos ou pobres, homens ou mulheres de todas as raças. Para se ser membro tinha que se ter uma conduta moralmente aceite, cumprir os seus deveres para com a Igreja e contribuir financeiramente para a irmandade. As irmandades atuavam como catalizadores dos interesses dos diversos grupos sociais, já que cada irmandade defendia os interesses dos seus membros. Era possível pertencer a mais de uma irmandade ao mesmo tempo e estas nasciam consoante as necessidades da comunidade pois não havia restrições sobre o número. Os irmãos recebiam não só assistência na doença e na morte como, no caso dos escravos podiam contar com ajuda na obtenção da carta de alforria. As irmandades dedicadas à Senhora do Rosário, a São Benedito ou a Santa Efigénia eram geralmente compostas por irmãos negros e mulatos pobres. Neste contexto, não só encontravam assistência material e espiritual, como dispunham de um espaço de socialização para troca de

experiências e reforço da sua identidade cultural. Os escravos podiam, deste modo, manter vivas as suas tradições africanas, embora adaptadas à religião cristã. O financiamento das irmandades e confrarias religiosas era conseguido através das cotas de inscrição, anuidades e esmolas deixadas em testamento pelos seus membros. Mas possuíam ainda um património imobiliário como terrenos, casas, igrejas e hospitais, que representava a principal fonte de rendimentos destas instituições. As movimentações financeiras eram registadas por um tesoureiro que depois submetia estes registos à apreciação de um visitador eclesiástico. Este controlo servia para garantir que o orçamento contemplava as despesas com as missas e enterros e que o dinheiro não era todo gasto em festividades, o que acontecia muitas das vezes. As festas religiosas eram cruciais para as irmandades. A sua organização era algo a que os irmãos se dedicavam com afinco. As decorações, a música, os cantares, a escolha dos percursos e dos patronos, era tudo cuidadosamente elaborado com vista a fazer melhor que as outras congéneres. Por vezes os excessos de manifestações profanas nestas festas religiosas, por parte das populações negras e mestiças, levaram a Igreja a repreender as irmandades responsáveis.

As irmandades brasileiras tiveram um papel social de relevo ao prestar assistência às populações, mas o seu contributo para o enriquecimento do espaço urbano, não pode ser negligenciado. A construção de capelas e igrejas ajudou a demarcar o espaço urbano, a criar espaços para a comunidade e introduziu as correntes artísticas da época, como o Barroco, tanto na arquitetura como na escultura e pintura.

As Irmandades religiosas no Brasil eram associações do meio urbano, organizadas por leigos católicos, fiéis que se dedicavam ao culto a um padroeiro, podendo ser um santo ou uma invocação à Virgem e a Jesus. Possuíam objetivos de ajuda mútua e praticavam obras de caridade. Os leigos que formavam as irmandades eram pessoas não ligadas ao clero, por exemplo, não eram jesuítas. As irmandades construíam suas próprias igrejas ou dividiam espaço em altares laterais com outras irmandades. O maior compromisso das irmandades com seus sócios era oferecer um funeral digno.

As irmandades davam importância às categorias raciais e sociais, e tinham um carácter étnico. Existiam irmandades só dos homens

brancos de elite, como a do Santíssimo Sacramento, e havia aquelas só de escravos, como a Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Os principais hospitais eram construídos e administrados pela importante irmandade branca: Santa Casa de Misericórdia.



As irmandades religiosas ofereciam às pessoas que fossem seus membros benefícios espirituais e materiais. Os benefícios espirituais eram as missas e rezas pelos irmãos mortos e vivos, missas para a salvação das almas, “proteção” do santo padroeiro, acompanhamento em grande estilo ao enterro, procissões, etc. Os benefícios materiais eram o auxílio para a doença ou enterro (caixão, mortalha), atendimento médico e remédios, oferecimento de catacumbas, auxílio para educação de órfãos, ajuda aos que caíssem na miséria ou mesmo na prisão, etc. Os escravos e os pobres associavam-se à irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Com isso os escravos e forros conseguiam um status social, apesar da escravidão. Os negros buscavam proteção contra os rigores da escravidão. Muitas vezes, as irmandades do Rosário, juntavam dinheiro e ajudavam os escravos a conseguir a liberdade, embora existam poucos casos registrados. Todos os anos, as irmandades organizavam festividades ao santo de devoção. Nessas festas, as irmandades promoviam procissões, quermesses, badaladas de sinos, decoração das ruas e igrejas. Saíam pelas ruas das cidades acompanhadas de seus membros, muitas vezes com bandas de música, tochas e muitos fogos de artifício. Homens e mulheres, alegres, faziam suas preces. Era um carnaval de fé. As festividades das irmandades revelavam a riqueza da sociedade, mas também as

desigualdades. O luxo das igrejas contrastava com a extrema pobreza das casas do povo, que preferia doar tudo para a irmandade ou para a igreja.

Para os escravos, a festa era um dia de interrupção do trabalho forçado. Permitia aliviar os sofrimentos do cativo e encontrar seus semelhantes. Os escravos aproveitavam para expressar sua cultura, promovendo batuques e danças de tradição africana.

## AS DOUTRINAS SOCIAIS DO FINAL DO SÉC. XIX E INÍCIO DO XX

### O SOCIALISMO UTOPICO

Sensibilizados com as questões que a sua época lhes colocava, alguns empresários propuseram reformas que mantinham o sistema de produção capitalista, mas buscando atender melhor os trabalhadores. Dentre os principais destacam-se:

– **Charles Fourier** - propunha a organização da sociedade em “falanstérios”, onde se uniriam todos os segmentos sociais: proprietários, operários e até mesmo capitalistas, que colocaram suas propriedades e força de trabalho em posse comum, recebendo ações proporcionais ao valor de sua contribuição. Essa “comunidade-modelo”, verdadeiro hotel de veraneio repleto de oficinas de passatempo, não chegou sequer a sair do papel. Fourier, que não foi levado a sério sequer no seu tempo, não encontrou ninguém disposto a financiar o primeiro “falanstério”.

– **Robert Owen** - capitalista, dono de várias fábricas, mas sinceramente preocupado com os problemas sociais, tomou atitudes que o inserem na lista dos utópicos: construção de casas para seus funcionários; participação nos lucros de suas empresas; redução da jornada de trabalho para 10,5 horas por dia (em outros locais era 13,14 horas/dia); fundação de escolas para os filhos de seus empregados. Propôs, além disso, a organização da sociedade em cooperativas de operários. Chegou, inclusive, a tentar aplicar suas idéias implantando uma colônia em Indiana, Estados Unidos, denominada “New Harmony”, não conseguindo êxito, entretanto. Destacou-se muito mais, segundo alguns autores, como um “patrão esclarecido” do que propriamente como um socialista utópico.

– **Louis Blanc** - defendia a interferência do Estado para modificar a economia e a sociedade. imaginava a criação de “Ateliês” ou “Oficinas Nacionais”, que associariam trabalhadores que dedicavam-se às mesmas atividades, onde, com o apoio do Estado, a produção não enfrentaria a concorrência de grandes empresas.

– **Saint-Simon** - preocupado com o problema da direção moral da sociedade, o conde de Saint-Simon desejava a planificação da economia, visando sobretudo beneficiar as classes trabalhadoras. A indústria, afirmava ele, deveria voltar-se para atender aos interesses da maioria, notadamente dos mais pobres.

Em síntese, o “socialismo utópico” pode ser definido como um conjunto de idéias que se caracterizaram pela crítica ao capitalismo, muitas vezes ingênua e inconsistente, buscando, ao mesmo tempo, a igualdade entre os indivíduos. Em linhas gerais, combate-

se a propriedade privada dos meios de produção como única alternativa para se atingir tal fim. A ausência de fundamentação científica é o traço determinante dessas idéias. Pode-se dizer que seus autores, preocupados com os problemas de justiça social e igualdade, deixavam-se levar por sonhos. Não foi por acaso que Karl Marx denominou aos socialistas utópicos de “românticos”.



Karl Marx em seu escritório.

Os princípios básicos do socialismo utópico podem ser resumidos assim:

Crítica ao liberalismo econômico, sobretudo à livre concorrência;

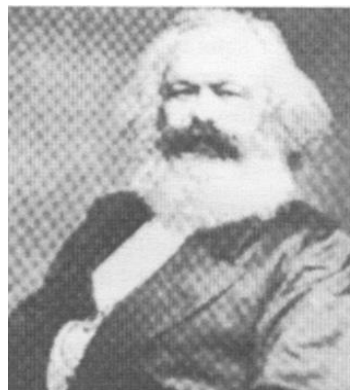
Formação de comunidades auto-suficientes, onde os homens, através da livre cooperação, teriam suas necessidades satisfeitas;

Organização, em escala nacional, de um sistema de cooperativas de trabalhadores que negociariam, entre si, a troca de bens e de serviços;

Atuação do Estado que, através da centralização da economia, evitaria os abusos típicos do capitalismo.

### O SOCIALISMO CIENTÍFICO

Em meio a discussões e lutas operárias, em 1848 os revolucionários alemães Karl Marx e Friedrich Engels apresentaram uma nova visão de socialismo oposta aos utópicos, através do Manifesto Comunista.



Karl Marx: um dos mais originais pensadores do século XIX, criador do socialismo científico. Fonte: CÂRCERES, Florival, História Geral. Ed. Moderna.

Neste trabalho, Marx e Engels ressaltaram a importância da **luta de classe** como motor da história, pois os antagonismos existentes entre os interesses dos exploradores e dos explorados levam a superação de um modo de produção por outro (é a dialética materialista que teve por base a dialética de Hegel tese, antítese e síntese). A dialética desenvolvida pelo filósofo alemão Hegel, afirma que *“cada conceito possui em si o seu contrário, cada afirmação, a sua negação. O mundo não é um conjunto de coisas prontas e acabadas, mas sim o resultado do movimento gerado pelo choque de antagonismos e dessas contradições. A afirmação traz em si o germe de sua própria negação; depois de se*

desenvolver, essa negação entra em choque com a afirmação e este choque vai gerar um terceiro elemento mais evoluído, que Hegel chamou de 'síntese' ou 'negação da negação'".

(SPINDEL. Arnaldo. O que é Socialismo. São Paulo, Brasiliense, 1981. pp. 31-31).

Para Marx a origem da desigualdade consiste na existência da propriedade privada dos meios de produção; somente com a coletivização destes meios seria superada a desigualdade.



“Socialismo de todos os países, uni-vos!”, é o que diz esse estandarte sindical suíço do final do século XIX. Fonte: PETTA. Nicolina Luzia de e outro. História uma abordagem integrada. Ed. Moderna.

Para conseguir a coletivização dos meios de produção, o socialismo científico defendia a via **revolucionária** e a implantação da **ditadura do proletariado**, que é uma etapa provisória e necessária durante a qual seriam realizadas as reformas necessárias para eliminar a propriedade privada e coletivizar os meios de produção. Realizadas essas transformações, a sociedade entraria no **Comunismo**, que é a sociedade sem classes, porque estariam eliminados todos os fatores que promovem as diferenças entre as classes sociais.

Os princípios básicos que fundamentam o socialismo marxista podem ser sintetizados em quatro teorias centrais: a **teoria da mais-valia**, onde se demonstra a maneira pela qual o trabalhador é explorado na produção capitalista; a **teoria do materialismo histórico**, onde se evidencia que os acontecimentos históricos são determinados pelas condições materiais (econômicas) da sociedade; a **teoria da luta de classes**, onde se afirma que a história da sociedade humana é a história da luta de classes; ou do conflito permanente entre exploradores e explorados; a **teoria do materialismo dialético**, onde se pode perceber o método utilizado por Marx e Engels para compreender a dinâmica das transformações históricas. Assim como, por exemplo, a morte é a negação da vida e está contida na própria vida, toda formação social (escravismo, feudalismo, capitalismo) encerra em si os germes de sua própria destruição.

Fonte: RICARDO, ADEMAR e FLÁVIO. História 2 - Ed. Lê

## OS SOCIALISTAS LIBERTÁRIOS: O ANARQUISMO

A palavra **anarquia**, de origem grega, significa ausência ou falta de necessidade de governo, e foi neste sentido que os teóricos anarquistas definiram suas doutrinas. Para os anarquistas o Estado acumulou muito poder durante a história e tolhe a liberdade do homem e os anarquistas colocam-se como amantes extremados da liberdade dos indivíduos e das comunidades que, segundo eles deve ter todo o direito de decidir sobre suas vidas sem a ingerência de qualquer autoridade. Em linhas gerais os anarquistas defendiam:

Supressão de toda e qualquer forma de governo e do próprio Estado;  
Abolição da propriedade privada;  
Instalação de uma sociedade sem classes;  
Extinção das desigualdades sociais;  
Instauração de uma sociedade onde não existissem nem opressores nem oprimidos;  
Superação do capitalismo e instalação imediata da sociedade comunista.

Embora os anarquistas concordem que a finalização do movimento operário seja a destruição do Estado existem discordâncias entre eles quanto aos métodos para atingi-lo. Daí por que existem várias correntes.

## O COMUNISMO ANÁRQUICO

Para estes anarquistas, seguidores de Piotr Kropotkin (1842-1921) de origem russa, o trabalho deveria ser agradável e jamais imposto. Viam na igualdade a base para a liberdade: desaconselhavam o uso da violência, acreditavam que a evolução para a anarquia viria com o amadurecimento da opinião pública.

## OS ANARQUISTAS MUTUALISTAS

Inspiravam-se nas ideologias do francês Proudhon, um socialista que amava a liberdade e abominava a burocracia estatal.

Eram anti-clericais e contrários à violência; acreditavam no surgimento de uma sociedade livre, justa e com indivíduos independentes que organizariam acordos entre si para controlarem diretamente a produção das comunas autônomas resumidas por uma federação.

## OS ANARCO-SINDICALISTAS

Supervalorizam o sindicato como a principal força dos trabalhadores e como base de uma nova sociedade que seria formada a partir de uma greve geral revolucionária. Negavam a -idéia de pátria, por isso foram chamados de internacionalistas. Acreditavam que através de greves e boicotes econômicos abrir-se-ia o caminho para a criação da nova sociedade, sem Estado e sem patrão.

## OS ANARQUISTAS CRISTÃOS

Inspiravam-se no exemplo de vida do escritor Leon Tolstói (1829-1910), que se dizia um seguidor do evangelho. Eram pacifistas, e negavam a propriedade e o Estado; acreditavam na força do exemplo e que o amor e a solidariedade poderiam mudar o mundo. Alguns historiadores não os admitem como anarquistas.

As idéias socialistas, no século XIX, manifestam-se não somente no campo da teoria. A prática desta ideologia encontra-se presente nos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecidas como “Internacionais”. Em 1864, os trabalhadores europeus fundaram em Londres a I Internacional, com objetivo de coordenar mundialmente os movimentos operários.

Algumas dificuldades foram visíveis na Internacional como, por exemplo, a pequena representatividade dos grupos operários e as acaloradas

discussões entre comunistas (Karl Marx) e os anarquistas (tendo como representante Michail Bakunin).

A polêmica entre marxistas e anarquistas tem por base uma série de fatores, destacando-se:

1. A concepção marxista de revolução admite que a classe capaz de destruir o capitalismo era a dos operários industriais e, até chegar ao comunismo onde o Estado seria superado, os operários deveriam passar por um processo socialista onde haveria a ditadura do proletariado com o Estado concentrando toda a propriedade e todo o poder. Os anarquistas discordam da necessidade de passar por esta fase, pois concebem o Estado como um poder sempre corruptor e originário das desigualdades, mesmo que controlado por trabalhadores, o Estado vai gerar desigualdade, vai agir em benefício de um pequeno grupo em detrimento do restante da sociedade. Para os anarquistas o Estado deve ser superado imediatamente e a sociedade deve ser organizada em pequenos grupos sob o regime de auto-gestão, onde as pessoas que formam o grupo criam suas próprias leis, em substituição às leis gerais que desaparecem junto com o Estado.

2. Outro ponto controverso é a questão do voto. Os anarquistas opunham-se à participação nas eleições em função de duas rejeições básicas: em primeiro lugar por que **eleição faz parte do organismo estatal**; em segundo lugar eles **criticam a idéia de representação e participação** que as eleições implicam. Já os comunistas defendiam a idéia do **sufrágio universal**, e a ação parlamentar como uma forma de viabilizar o processo revolucionário, através da eleição de representantes dos partidos socialistas.

3. Outro ponto é a existência de partidos políticos, que representam a forma de viabilizar a ação parlamentar socialista e os anarquistas são contrários, acreditam que a forma pela qual os operários deveriam enfrentar a burguesia era a ação direta, viabilizada pela greve, que é o anúncio da revolução, além de boicotes, paralisações e sabotagens.

Os anarquistas entendem cidadania como liberdade, queriam que suas convenções fossem respeitadas pelos empresários e são contrários à legislação trabalhista que é a legitimação do Estado, já os comunistas admitem a democracia participativa e cidadania relaciona-se com obter direitos sociais com uma legislação trabalhista organizada pelo Estado.

Para os comunistas a origem das desigualdades repousa na propriedade privada enquanto que os anarquistas admitem o Estado como fator gerador de desigualdade.

## A COMUNA DE PARIS (1871)

Outro exemplo de prática dos movimentos operários no século XIX foi a Comuna de Paris de 1871.

Durante a guerra contra a Prússia, que concluirá a unificação Alemã, os operários parisienses não concordavam em entregar a cidade aos alemães e resistem ao lado da Guarda Nacional em 18 de março de 1871. Porém outros fatores contribuíram para esta resistência.

- Crise econômica devido às péssimas colheitas;
- O desemprego causado com a industrialização;
- Baixos salários e alto custo dos alimentos;
- Forte organização operária em câmaras federais;
- Falência de artesões e pequenos burgueses.

Não possuíam unidade ideológica, pois o pensamento socialista ainda se desenvolvia em Paris.

Porém acreditavam na importância da revolução política e no assalto ao poder. A falta de um programa econômico e as prolongadas discussões, já que nem um grupo político conseguia impor seus pontos de vista; a participação de pequenos burgueses que defendiam a negociação com o governo de Versalhes, acabam enfraquecendo o movimento. As elites francesas com apoio dos próprios prussianos eliminam o movimento que tem como resultado 30 mil parisienses mortos e milhares de prisões daqueles considerados simpatizantes, entre os quais muitos foram fuzilados sumariamente.

Mesmo com a derrota, a Comuna de Paris é um exemplo supervalorizado na luta socialista operária por cidadania, democracia e liberdade.

## A II INTERNACIONAL

Em 1899, em Paris, os operários europeus realizavam a II Internacional; neste encontro, o centro da discussão gerou em torno do aparecimento da social-democracia que negava pontos básicos do pensamento marxista. Devido a isto, na II Internacional haveria uma divisão do movimento em 3 grupos distintos.

O grupo revisionista, de Bernstein, que discordava da maior parte das idéias marxistas.

Negavam a luta de classes, discordavam da idéia marxista de que o capitalismo estava em crise, admitiam somente a via eleitoral para o estabelecimento do socialismo.

O grupo moderado, liderado por Karl Kautsky, que discordava essencialmente dos revisionistas, defendendo Marx e Engels;

O grupo radical ou marxista-revolucionário, liderado por Lênin e Rosa Luxemburgo, que advogava uma renovação dentro do próprio marxismo, mas de caráter revolucionário.

O fim da II Internacional, em 1914, está diretamente relacionado à postura dos socialistas em relação à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Apesar de terem denunciado, desde os primeiros momentos do século, que esta guerra viria e de relacioná-la com as necessidades de expansão do capitalismo, definindo que os socialistas não dariam apoio algum aos governos, quando a guerra teve início, os partidos socialistas, num primeiro momento, colaboraram com os pedidos de créditos feitos pelos governos envolvidos. O nacionalismo falou mais alto que o socialismo.